

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília-DF / 2017



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE JURISDICIONADA ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS IN Nº 63/2010, DA DN-TCU Nº 154/2016, DA PORTARIA TCU Nº 059/2017 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

BRASÍLIA-DF
2017

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. ABREVIATURAS

A: área(s)
Ap: apoio(s)
Art: artigo(s)
Atv: atividade(s)
Brig-Ar: Brigadeiro-do-Ar
C Alte: Contra-Almirante
Cbn: Combinada(s)
Cj: Conjunta(s)
Cmt: Comandante
Emp: emprego
Front: fronteira(s)
Gen Div: General de Divisão
Gen Ex: General de Exército
Maj-Brig-Ar: Major-Brigadeiro-do-Ar
Mis: missão(ões)
Op: operação (ões)
Prep: preparação
Pres: presença
Prev: prevista(s)
Realiz: realizada(o)(s)
VAlte: Vice-Almirante

2. SIGLAS

ACISO: Ação Cívico Social
ACMD :Administração Central do Ministério da Defesa
AEGE: Assessoria Especial de Grandes Eventos
AIOP: Assessoria de Inteligência Operacional
AO: Ação Orçamentária
APOG: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
A- 29: Super Tucano
BRABATT: Batalhão Brasileiro de Força de Paz
BRACOLPER: Brasil, Colômbia e Peru
BRAENGCOY: Companhia de Engenharia de Força de Paz
BRAMARCOY: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz
C²: Comando e Controle
CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos
CASNAV: Centro de Análises de Sistemas Navais
CAv: Controle de Avarias
CC²MD: Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa
CCDA: Centro de Coordenação de Defesa de Área
CCOPAB: Centro de Coordenação de Operações de Paz
CDS: Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CDT/UnB: Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB
CEMCFA: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CHELOG: Chefia de Logística
CHOC: Chefia de Operações Conjuntas
CIOP: Centro de Inteligência Operacional

COC: Centro de Operações Conjuntas
CODA: Centro de Operações de Defesa Aeroespacial
CCOPAB: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
COMDABRA: Comando de Defesa Aérea Brasileira
COMLOG: Comissão Logística Militar
CPE: Chefe(ia) de Preparo e Emprego
CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CT: Centro Telemática
CTA: Centro Telemática de Área
C- 130: Hércules
DMAvEx: Diretoria de Material de Aviação do Exército
DN: Distrito Naval
DN-TCU: Decisão Normativa-TCU
DQBRN: Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear
DOU: Diário Oficial da União
EB: Exército Brasileiro
ECEMAR: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGED: Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa
EGN: Escola de Guerra Naval
EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END: Estratégia Nacional de Defesa
ESG: Escola Superior de Guerra
E- 99: Embraer 145
FA: Forças Armadas
FAB: Força Aérea Brasileira
FPC: Fiscalização de Produtos Controlados
FRO: Fundo de Rações Operacionais
FSM: Fundo do Serviço Militar
FTCC: Força-Tarefa Conjunta e Combinada
FTM: Força-Tarefa Marítima
F- 5: TIGER II
GLO: Garantia da Lei e da Ordem
GND: Grupo de Natureza da Despesa
HCamp: Hospital de Campanha
IEAv: Instituto de Estudos Avançados
IBAS: Índia, Brasil e África do Sul
IMBEL: Indústria de Material Bélico
INV: Investimento
JIL: Jornada de Interoperabilidade Logística
LOA: Lei Orçamentária Anual
MB: Marinha do Brasil
MD: Ministério da Defesa
MINUSTAH: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
ODC: Outras Despesas Correntes
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONU: Organização das Nações Unidas
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCE: Pedido de Cooperação de Ensino
PCI: Pedido de Cooperação de Instrução
PIOp: Portal de Inteligência Operacional

PND: Política Nacional de Defesa
PO: Plano Orçamentário
PPA: Plano Plurianual
PTRES: Programa de Trabalho Resumido
REFRON: Reconhecimentos de Fronteira
RGED: Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
RM: Região Militar
ROC: Requisitos Operacionais Conjuntos
ROD: Rede Operacional de Defesa
RTI: Reunião Técnica de Inteligência
SC-1: Subchefia de Comando e Controle
SC-2: Subchefia de Inteligência Operacional
SC-3: Subchefia de Operações
SC-4: Subchefia de Logística Operacional
SCAI: Subchefia de Assuntos Internacionais
SCIE: Subchefia de Inteligência Estratégica
SCPE: Subchefia de Política e Estratégia
SEDEC: Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
SESGE: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGLD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa
SIGLMD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa
SILD: Sistema de Informações Logísticas de Defesa
SINAMOB: Sistema Nacional de Mobilização
SINDE: Sistema de Inteligência de Defesa
SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPLOM: Sistema de Planejamento Operacional Militar
SISCOMIS: Sistema de Comunicações Militares por Satélite
SISMC²: Sistema Militar de Comando e Controle
SISTED: Sistema Tático de Enlace de Dados
SPAD: Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa
SRDT: Sistema Radiocomunicação Digital Troncalizado
SUBILOG: Subchefia de Integração Logística
TCU: Tribunal de Contas da União
TI: Tecnologia da Informação
UG: Unidade Gestora
UO: Unidades Orçamentárias
UNASUL: União das Nações Sul-Americanas
UnB: Universidade de Brasília
UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano
USAFRICOM: Comando dos Estados Unidos da América para a África
ZOPACAS: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS

Anexo I – Plano de Trabalho Anual

Anexo II – Cargos em comissão e funções de confiança do EMCFA

Anexo III – Qualificação do Pessoal, segundo a idade

Anexo IV – Qualificação do Pessoal, segundo a escolaridade

SUMÁRIO

Capítulo/Seção

Apresentação	2
Visão Geral.....	3
Organograma Funcional.....	3.2
Chefia de Assuntos Estratégicos – CAE	3.3.1
Chefia de Logística – CHELOG	3.3.2
Chefia de Operações Conjuntas – CHOC	3.3.3
Macroprocessos Finalísticos.....	3.4
Planejamento Organizacional e resultados.....	4
Descrição sintética dos Objetivos do Exercício.....	4.2
Ações de Responsabilidade do EMCFA.....	4.2.2
- Ação 20X1	
- Ação 20X5	
- Ação 20X7	
- Ação 14SY	
- Ação 20X3	
- Ação 2D55	
- Ação 151D	
- Ação 147F	
- Ação 00P7	
- Ação 15KP	
- Ação 20T4	
- Ação 2872	
- Ação 6557	
Emprego das Forças Armadas em Grandes Eventos.....	4.3
Indicadores de Desempenho de Gestão.....	4.4
Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos.....	5
Áreas Especiais da Gestão.....	6
Relacionamento com a Sociedade.....	7

2. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão consolida informações referentes ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), tendo como base o ano de 2016, elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas – TCU nº 154/2016, TCU nº 156/2016 e TCU e da Portaria – TCU nº 59/2017.

A título de apresentação deste Relatório de Gestão cabe informar que o EMCFA, subordinado diretamente ao Ministério da Defesa foi ativado por meio da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

O Decreto nº 8.978, de 01 de fevereiro de 2017, aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

A execução de suas atividades, bem como dos departamentos subordinados, ocorre em estrita consonância com as competências previstas nos art. 10 a 28 do Decreto supracitado, assim como em total alinhamento com a Estratégia Nacional de Defesa (END), instituída pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 e revisada e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013.

No ano de 2016, o EMCFA gerenciou recursos das seguintes Ações Orçamentárias:

20X1 - Participação Brasileira em Missões de Paz

20X5 - Comando e Controle de Defesa Nacional

20X7 - Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas

14SY - Apoio à Realização de Grandes Eventos

20X3 - Mobilização e Logística para a Defesa Nacional

2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa

151D - Obtenção de Sistema de Defesa Antiaérea

147F - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

15KP – Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa

20T4 – Manutenção do Sistema Militar de Catalogação Brasileiro

6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão

2872 - Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

Essas Ações pertencem ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa e 2057 – Política Externa.

No âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), cabe à Secretaria de Organização Institucional (SEORI) a execução dos recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, as ações de correção, a gestão de pessoas, do patrimônio mobiliário e imobiliário, da tecnologia da informação e do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, assim como as informações de natureza contábil. Por isso, as informações referentes a alguns itens solicitados no Sistema de Prestação de Contas ao TCU, não se aplicam à realidade desta Unidade Jurisdicionada (UJ).

Atinente à solicitação Execução das Despesas, ressalta-se que esta UJ não é Unidade Executora, sendo estas informações no âmbito do MD realizadas pelo Departamento de Administração Financeira, subordinado à Secretaria Geral do MD.

Quanto ao item Desempenho Financeiro e Informações Contábeis que exigem informações no tocante a tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos no âmbito da Unidade e demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, tais tópicos serão abordados no Relatório da Secretaria Geral em virtude da Administração Patrimonial e Execução Financeira ser realizada por Departamentos da SEORI/MD, subordinados à Secretaria Geral.

Ao longo de 2016, foram consideradas como as principais atividades realizadas:

- Difusão da doutrina de Comando e Controle no âmbito das Forças Armadas e das Escolas de Altos Estudos Militares;
- Prosseguimento na implantação e aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²);
- Evolução contínua e necessária de versões do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLM), com atualização de equipamentos, software e capacitação de recursos humanos; realização de estágios de C² nos Comandos Militares de Área por ocasião dos exercícios de adestramento;
- Participação em operações multinacionais, com o propósito de identificar subsídios para a evolução da doutrina e do SISMC²;
- Manutenção da infraestrutura, do suporte técnico e do apoio operacional às ações de C² das Forças de Paz no Haiti e no Líbano;
- Ampliação e modernização da rede do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) para servir de infraestrutura de telecomunicações do SISMC²;
- Manutenção em operação e prosseguimento da implantação e aperfeiçoamento do Sistema de Inteligência Operacional, por meio do fornecimento de imagens de satélites de alta e média resolução para auxiliar no planejamento das operações conjuntas;

- Execução da Operação Conjunta AMAZÔNIA 2016 (ambiente terrestre e fluvial), empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas; reuniões de planejamento estratégico, operacional e tático da Operação Opala 2016; execução da Operação Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016; participação no exercício multinacional PANAMAX, e execução do exercício de simulação de combate AZUVER 2016;
- Participação na Operação Multinacional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Exercício FELINO 2016;
- Intensificação da presença das Forças Armadas nas faixas de fronteira, com a realização da Operação ÁGATA 11 (Plano Estratégico de Fronteiras);
- Participação em inúmeras operações complementares e subsidiárias (combate ao mosquito Aedes, operações de GLO em RR, PE e RJ, Operação GVA (Garantia de Votação e Apuração, nas eleições 2016), exercício de defesa civil ECADEC no ES, entre outras;
- Prosseguimento na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – (MINUSTAH); ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL);
- I Diálogo Brasil–Alemanha de Operações de Paz e Perspectivas, em Brasília;
- III Seminário de Catalogação e I Seminário sobre Políticas Industriais de Defesa dos Estados Membros do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em Brasília;
- V Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (V CAD–SUL) para altos funcionários dos Ministérios de Defesa dos Estados Membros do CDS, na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro;
- Participação em reuniões bilaterais com países da América do Norte e do Sul, Ásia e Europa; e
- Participação em fóruns multilaterais que trataram de temas relacionados à área militar e de defesa, com ênfase na XII Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA); nas diversas reuniões no âmbito do CDS e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e nas reuniões do Conselho de Delegados da Junta Interamericana de Defesa (JID).
- Realizar atividades voltadas para a coordenação, planejamento, execução e acompanhamento de programas e projetos relacionados: à integração logística; à geoinformação, à meteorologia; ao aerolevanteamento; à mobilização militar e nacional; às operações conjuntas; e ao Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED).
- Desenvolver Ações de Medicina Operativa, desenvolvendo doutrina por meio de cursos e adestramentos de alto nível no tratamento médico a feridos em combate ou desastres,

formando pessoal para o planejamento conjunto do Apoio de Saúde às operações militares, realizando o treinamento de equipes conjuntas formadas por profissionais de saúde das três Forças Singulares, visando o trabalho integrado por meio de protocolos, sistemas e linguagens comuns em Operações Conjuntas, de Paz e Humanitárias;

- Formular a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas e supervisionar as suas ações decorrentes; supervisionar os trabalhos da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas; analisar e propor, quando necessário, a revisão dos valores da etapa alimentação para as Forças Armadas;
- Adquirir, conservar e manter equipamentos e materiais relacionados à Tecnologia da Informação; contratar serviços para o desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD); e qualificar técnica e doutrinariamente pessoal para operar o SILD;
- Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) constituído por um conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrina, procedimentos e informações, tudo apoiado por Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que seja capaz de dar suporte às atividades de mobilização e desmobilização nacionais, interoperando o Órgão Central do Sistema de Mobilização (Ministério da Defesa) com os integrantes dos subsistemas setoriais de mobilização;
- Preparar órgãos e entidades da Administração Pública Federal e atores privados para planejar e executar atividades que concorram para o fortalecimento do Sistema Nacional de Mobilização, com base nos objetivos gerais e específicos dispostos na Política de Mobilização Nacional, bem como nas diretrizes governamentais correlatas;
- Custear as atividades para consolidar a implantação e manutenção do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) e para o funcionamento de sua estrutura no MD e nas FA; as ações para o gerenciamento das atividades de preparo da mobilização; e as despesas com o planejamento e execução de exercícios conjuntos de mobilização militar e para a formulação de Planos Setoriais de Mobilização Militar; e
- Apoiar logisticamente, como encargo adicional, o Programa Mais Médicos do Governo Federal. (Decreto nº 7.974 de 01/04/2013).

Esta UJ não possui outras informações sobre a gestão, julgadas necessárias de comentários, além das já exigidas no presente Relatório.

3. VISÃO GERAL

3.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios conjuntos e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

O EMCFA é um órgão de assessoramento permanente do ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, competindo-lhe elaborar o planejamento do emprego conjunto da Marinha, Exército e Aeronáutica.

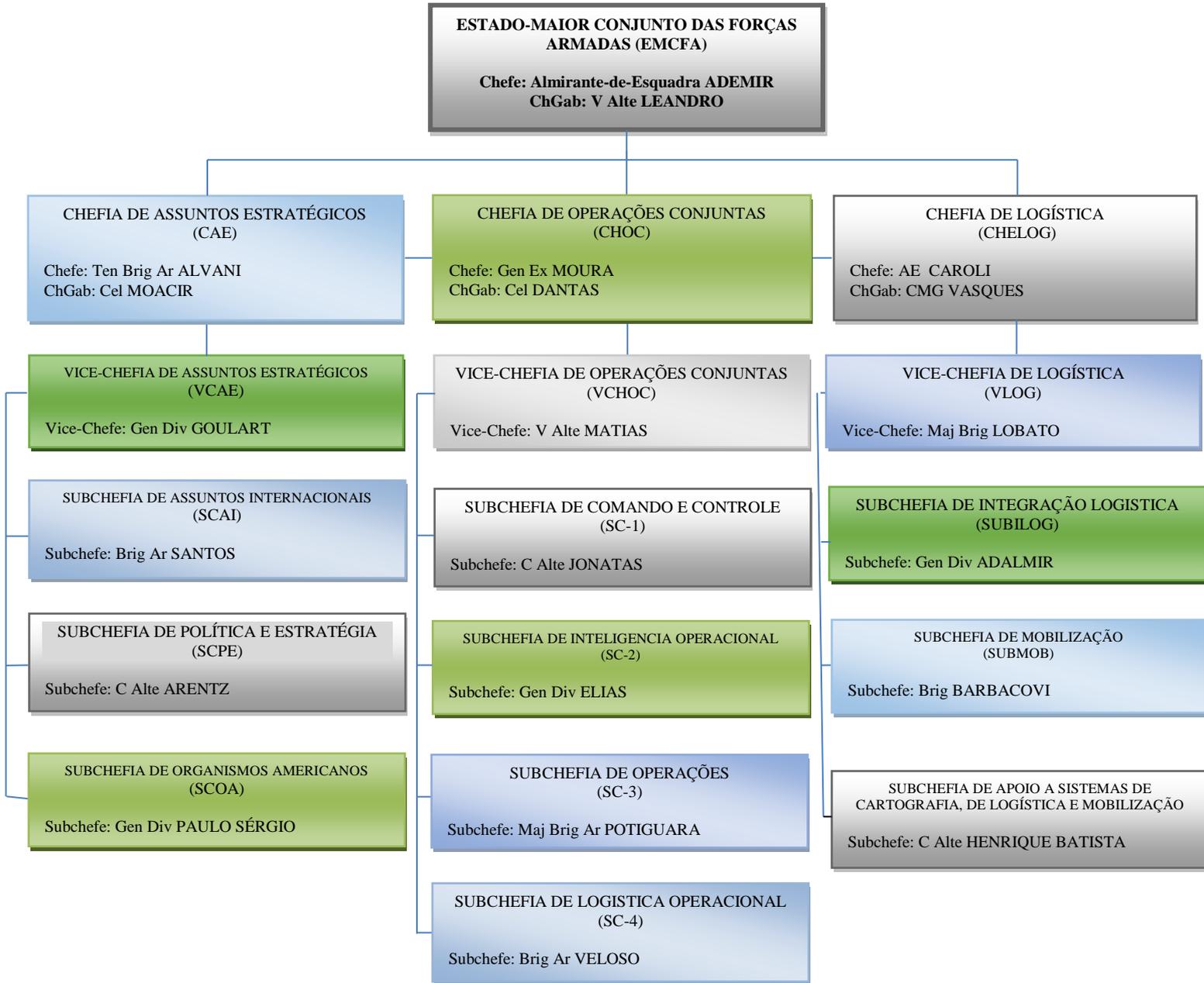
A instituição tem como atribuição, também, prestar apoio ao ministro quanto à atuação de Forças Brasileiras em operações de paz e auxiliar as ações de Defesa Civil.

Além de participar diretamente nos planejamentos e na coordenação das ações de emprego das Forças Armadas – quer em missões isoladas, quer em missões conjuntas, inclusive com a participação de outros órgãos da administração federal, estadual e/ou municipal, o EMCFA é o órgão do Ministério da Defesa encarregado de promover a unificação doutrinária, estratégica e operacional das três Forças, buscando ao máximo possível a interoperabilidade entre elas.

O EMCFA, subordinado ao Ministério da Defesa (MD), tem suas competências e atribuições estabelecidas na Estrutura Regimental do MD, aprovada pelo Decreto nº 8.978, de 01 de fevereiro de 2017 (DOU de 02 de fevereiro de 2017).

Assim sendo, elabora o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessora o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos, dentre outros: políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos, no País e no exterior, logística, mobilização e tecnologia militar, articulação e equipamento das Forças Armadas. Deve, ainda, coordenar a atuação das chefias que lhe são subordinadas e dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas.

3.2 Organograma Funcional*



* Em 31Dez2016

Identificação dos titulares responsáveis pelas subunidades estratégicas

Nome	Cargo	Data de Nomeação
Alt Esq ADEMIR SOBRINHO	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas	08DEZ2015
GEN EX CLAÚDIO COSCIA MOURA	Chefe de Operações Conjuntas	22SET2016
Gen Ex GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS	Chefe de Assuntos Estratégicos	27MAR2014
Alt Esq LUIZ HENRIQUE CAROLI	Chefe de Logística	28JAN2016

3.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

3.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos – CAE

A CAE passou por uma reestruturação ao longo de 2014, em função de estudos efetuados por dois Grupos de Trabalhos (GT), integrados por representantes de suas Subchefias, propondo mudanças na sua estrutura regimental.

O primeiro GT concluiu pela fusão da Subchefia de Inteligência Estratégica, (pertencente à antiga estrutura da CAE), Inteligência Operacional, resultando na criação da Subchefia de Inteligência de Defesa (SIDE), subordinada à CHOC.

Como consequência da integração das inteligências estratégica e operacional, foi criado um segundo GT, a fim de que estudasse a realocação dos recursos existentes e dimensionasse a nova estrutura da CAE, de forma a se obter um ordenamento funcional, quer por regiões geográficas ou por temas, para trato dos assuntos internacionais, intra e interministério.

Assim, e considerando as crescentes demandas decorrentes de uma proativa participação brasileira em organismos internacionais, tais como o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), a Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA) e a Junta Interamericana de Defesa (JID), foi criada a Subchefia de Organismos Americanos (SCOA), cuja esfera de atribuições englobou as atividades de tais organismos, além de outros fóruns internacionais de interesse da Defesa.

Nesse contexto, a CAE passou a ter a seguinte estrutura organizacional:

3.3.1.1 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI

Cabe à SCAI o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: condução dos assuntos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa; atuação dos adidos de defesa brasileiros no exterior, bem como acompanhamento e orientação dos seus trabalhos e relacionamentos de interesse da defesa; atuação dos adidos de defesa acreditados no País; normatização a respeito do estabelecimento de representações militares de defesa brasileiras no exterior, de comissões militares de defesa estrangeiras no País e seus relacionamentos com o Ministério da Defesa; condução das atividades necessárias à adesão a atos internacionais de interesse para a defesa, bem como o acompanhamento da sua evolução e do seu cumprimento junto aos organismos internacionais; e planejamento e acompanhamento, em coordenação com as Forças Armadas, das atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse para a defesa.

3.3.1.2 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE

Cabe à SCPE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa; participação e organização de Diálogos Político-Estratégicos com nações amigas; participação em reuniões do Centro de Estudos Estratégicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e promoção de estudos e proposição de alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa, decorrentes dos objetivos, orientações e instruções constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;

3.3.1.3 Subchefia de Organismos Americanos – SCOA

Cabe à SCOA o assessoramento nos seguintes assuntos, dentre outros: aqueles afetos ao Conselho de Defesa Sul-Americano e Conferência de Ministros de Defesa das Américas; acompanhamento das políticas setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, em ligação com as Forças Armadas e órgãos públicos e privados; elaboração de pareceres referentes ao posicionamento do Ministério da Defesa afetos às políticas setoriais do governo; assessoramento nos assuntos referentes aos organismos interamericanos e participação em fóruns interamericanos de interesse para a Defesa; acompanhamento da implementação da Política Marítima Nacional e da Política Militar Aeronáutica.

3.3.2 Chefia de Logística – CHELOG

À CHELOG compete: assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à logística, geoinformação, mobilização e serviço militar; orientar, supervisionar e controlar as atividades das Subchefias subordinadas; coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; coordenar, na sua área de competência, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos voltados para logística, mobilização e tecnologia militar; e propor ações e coordenar atividades de articulação e integração, interna e externa, para viabilizar, em sua área de competência, a integração de esforços e a racionalidade administrativa.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias:

3.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG

Cabe à SUBILOG o assessoramento nos seguintes assuntos: propor a formulação e a atualização da Política de Logística de Defesa e acompanhar a sua execução; formular a Doutrina de Logística Militar e a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas e supervisionar as ações decorrentes dessas doutrinas; preparar e organizar os trabalhos da Comissão de Logística Militar; supervisionar os trabalhos da Comissão de Estudos de Alimentação das Forças Armadas; acompanhar os trabalhos das comissões de caráter permanente que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de logística de defesa; estabelecer e coordenar a implementação de medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas; estudar e acompanhar o ciclo de vida logístico dos itens de interesse das Forças Armadas; propor, periodicamente, os valores das etapas de alimentação para as Forças Armadas; e administrar

a aplicação dos recursos do Fundo de Rações Operacionais, componente do Fundo do Ministério da Defesa, em conjunto com os demais órgãos envolvidos do Ministério da Defesa.

3.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB

Cabe à SUBMOB o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: elaborar a proposta da política e das diretrizes governamentais de mobilização nacional; elaborar e manter atualizada a diretriz setorial de mobilização militar e as instruções complementares; propor a estrutura do Subsistema Setorial de Mobilização Militar e orientar, normatizar e conduzir suas atividades; conduzir as atividades técnico-administrativas e promover o funcionamento da Secretaria-Executiva do Sistema Nacional de Mobilização; gerenciar os recursos do programa mobilização para defesa nacional; consolidar os planos setoriais de mobilização em proposta de Plano Nacional de Mobilização; elaborar e manter atualizada a doutrina básica de mobilização nacional; fomentar a capacitação de recursos humanos na área de mobilização nacional, prestando orientação normativa, fornecendo supervisão técnica e exercendo fiscalização específica em instituições credenciadas; elaborar o Plano Nacional de Mobilização Militar; planejar e coordenar as atividades do Serviço Militar e do Projeto Soldado-Cidadão; elaborar propostas de atualização da legislação do Serviço Militar; administrar o Fundo do Serviço Militar; e elaborar, anualmente, o plano geral de convocação e acompanhar sua execução pelas Forças.

3.3.2.3 Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização – SUBAPS

Compete à SUBAPS: assessorar o Chefe de Logística em assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças em proveito do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; coordenar, com a participação das Forças, e em articulação com a Subchefia de Logística Operacional, a aplicação de padrões e de modelos para o desenvolvimento e a manutenção de Sistemas de Informação que contribuam para o incremento da interoperabilidade entre os Sistemas de Logística e Mobilização das Forças Armadas; planejar e coordenar ações que contribuam para a formação e a capacitação de recursos humanos em prol do desenvolvimento e manutenção do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; assessorar o Chefe de Logística na coordenação das atividades de cartografia e de meteorologia de interesse militar; acompanhar as atividades de cartografia e de meteorologia em território nacional, como componentes do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa; controlar o aerolevanteamento em território nacional; e coordenar as ações das seções subordinadas, intermediando a busca de soluções tecnológicas e inovações em prol do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa.

3.3.3 Chefia de Operações – CHOC

As principais atividades desenvolvidas pela CHOC estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos ao Preparo e Emprego Conjuntos das Forças Armadas; formulação e atualização da doutrina e dos planejamentos estratégicos para emprego conjunto das Forças Armadas; planejamento e coordenação do adestramento de emprego conjunto das Forças Armadas; proposição de diretrizes para o emprego singular das Forças Armadas; proposição de diretrizes, planejamento, coordenação e acompanhamento da atuação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades subsidiárias; e planejamento do emprego das Forças Armadas nas Ações de Defesa Civil.

Para tal, a CHOC está subdividida nas seguintes Subchefias:

3.3.3.1 Subchefia de Comando e Controle – SC/1

Compete à SC/1: propor a política e as diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) e seus sistemas componentes, bem como exercer a coordenação de seu Conselho Diretor e operacionalizar as metas previstas no Plano Estratégico do SISMC²; em coordenação com as Forças Armadas, estabelecer, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto a estrutura do SISMC²; coordenar, com a Subchefia de Inteligência de Defesa (SIDE) as ações necessárias para garantir as medidas de segurança relacionadas ao SISMC²; coordenar as atividades referentes ao Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS); em coordenação com as Forças Armadas, propor e aplicar padrões e modelos a serem observados no desenvolvimento e na obtenção de meios componentes do SISMC², com vistas ao constante incremento da interoperabilidade entre as Forças, plataformas de combate e sistemas de comando e controle; assessorar e representar o Ministro da Defesa perante outros ministérios, agências governamentais e instituições públicas ou privadas, quando pertinente, nos assuntos relacionados ao SISMC²; participar do desenvolvimento da Doutrina de Comando e Controle de Operações Conjuntas e aplicá-la nos planejamentos estratégicos e operacionais relativos a situações de crise ou de conflito armado, bem como nas operações de adestramento conjunto; alocar os meios de Comando e Controle necessários às Ações de Defesa Civil; e acompanhar a evolução, em âmbito nacional e internacional, dos assuntos relacionados a sistemas de comando e controle, tais como: interoperabilidade, guerra centrada em redes, setor espacial, setor cibernético, estruturas estratégicas, segurança da informação e das comunicações e comunicações por satélites.

3.3.3.2 Subchefia de Inteligência Operacional – SC/2

Cabe à SC2 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da doutrina e diretrizes para a atividade de Inteligência Operacional para operações conjuntas; participação na elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, na área específica de Inteligência Operacional, para cada uma das Hipóteses de Emprego, previstas na Estratégia Militar de Defesa; proposição da doutrina e diretrizes para emprego da inteligência humana e de imagens e das áreas de meteorologia, cartografia, sensoriamento remoto, guerra eletrônica, cibernética, tecnologia da informação e criptografia, no exclusivo interesse da atividade de Inteligência Operacional; e condução da atividade de Inteligência Operacional para as operações conjuntas.

3.3.3.3 Subchefia de Operações – SC/3

Cabe à SC3 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição das bases para a consolidação da Doutrina de Emprego Conjunto das Forças Armadas; elaboração do planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas para cada uma das Hipóteses de Emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa e acompanhamento na condução das operações conjuntas decorrentes; proposição de diretrizes para o planejamento e o emprego das Forças Armadas: na Garantia da Lei e da Ordem; na Garantia da Votação e da Apuração Eleitoral; na cooperação com a Defesa Civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; apoio e cooperação de medidas de orientação e treinamento de pessoas, nas áreas afetadas por desastres; e apresentação de relatório sobre as operações realizadas, procurando indicar medidas a serem adotadas com vistas a evitar ocorrências semelhantes.

3.3.3.4 Subchefia de Logística Operacional – SC/4

Cabe à SC4 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da Doutrina de Logística para o Emprego Conjunto das Forças Armadas; participação nos planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas, sob o aspecto da logística; orientação, sob a ótica da Doutrina de Logística, dos planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas; coordenação do apoio logístico e das medidas administrativas pertinentes à participação de tropas em Operações de Paz; indicação dos meios necessários de apoio logístico, em natureza e quantidade, bem como localização geográfica, para oferecer capacidade de pronta resposta às situações de desastre; e proposição das organizações militares que ficarão responsáveis pela gestão das infraestruturas a serem empregadas nas situações de desastre.

A despeito da atuação em áreas diversas, todas as atividades desenvolvidas pelas Chefias convergem para um mesmo produto, qual seja: defesa nacional.

3.4 Macroprocessos finalísticos

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas em virtude de seu papel estratégico, aliado à relevância e ao volume de iniciativas de gestão a cargo de suas Chefias subordinadas, evidenciou a oportunidade de aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de coordenação existentes e de implementação de novas ferramentas de gestão condizentes com os desafios presentes e futuros do Ministério da Defesa. Desta forma, o EMCFA possui um Plano de Trabalho Anual (Anexo I) que é tornado público a todos os integrantes da Unidade.

O Plano de Trabalho Anual tem sido um importante instrumento de planejamento e de gestão, contribuindo de maneira significativa para o processo decisório no âmbito do EMCFA, sobretudo no que tange ao direcionamento e à priorização de recursos, bem como tem permitido o acompanhamento e o gerenciamento do desempenho do EMCFA em todo o seu espectro de atuação, por intermédio de dados e informações afetos a diferentes projetos e atividades.

Deste modo, em 2016, o EMCFA balizou as suas atividades em conformidade com esse Plano, cujas atividades realizadas nortearam-se, dentre outros aspectos, pelas missões atribuídas no Regimento Interno, das quais destacam-se as seguintes:

- coordenar a atuação das Chefias que lhe são subordinadas e dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas;
- propor o planejamento estratégico para atender as hipóteses de emprego e para os casos de emprego real do poder militar; e
- assessorar o Ministro de Estado da Defesa em assuntos como:
 - execução da direção Superior das Forças Armadas;
 - condução dos exercícios conjuntos;
 - atuação de forças brasileiras em operação de paz; e
 - emissão de diretrizes para emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz.

Logo abaixo está listado alguns Projetos vinculados ao EMCFA, cujas informações inerentes às justificativas/produtos encontram-se detalhadas em documento próprio de abertura de projeto.

Tabela 01 – Macroprocessos Finalísticos

Projetos	Justificativa	Produtos/Serviços
Defesa Alimentar	A Portaria 996/SC-5 de 23 de Abril de 1990 aprovou a Doutrina de Alimentação e Nutrição nas Forças Armadas. Em face a sua relevância, essa Doutrina encontra-se em processo de revisão para a sua adequação às normas sanitárias e de saúde oficiais em vigor, e ao novo cenário nacional de emprego das Forças e de interoperabilidade logística.	Garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e definição das diretrizes para emprego estratégico, logístico e operacional. Proteção do potencial humano das Forças Armadas e garantia do emprego operacional da tropa. Responsável Técnico: CHELOG.
Aprimoramento do Sistema Doutrinário de Defesa	A necessidade do projeto em tela decorre da crescente demanda na revisão e confecção de publicações necessárias ao alicerce do arcabouço doutrinário de suporte à interoperabilidade nas Operações Conjuntas das Forças Singulares.	Equacionamento das atividades doutrinárias com foco no viés primário de Preparo e Emprego das Forças Singulares em Operações Conjuntas. Destinação dos Recursos Humanos previstos na tabela de cargos da Estrutura Regimental do MD à estrutura necessária à Doutrina de Defesa. Responsável Técnico: ADL/EMCFA
Centro de Coordenação Logística e de Mobilização	A implementação do Projeto Centro de Coordenação de Logística e de Mobilização se justifica ao se enquadrar no contexto da Missão do EMCFA, uma vez que servirá como fomento à interoperabilidade entre os sistemas logísticos e de mobilização das Forças.	A estruturação do CCLM e o desenvolvimento de seus sistemas de TI resultarão em uma melhor utilização dos meios logísticos da MB, do EB e da FAB, aumentando sua capacidade de pronta resposta e reduzindo os custos do emprego do poder militar, tanto em operações de Defesa Nacional quanto em atividades subsidiárias. Além disso, busca-se alcançar a eficiência nos processos relacionados à Mobilização Militar e à Mobilização Nacional. Responsável Técnico: CHELOG

O Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa é o órgão responsável pela administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, inclusive de execução orçamentária e financeira necessárias ao desempenho das atividades dos departamentos integrantes do EMCFA.

O MD se relaciona com as empresas diretamente, por meio de agendamentos, ou indiretamente, por meio das entidades representativas do MD.

Neste sentido, destacam-se o Comando da Marinha, Comando da Aeronáutica e o Comando do Exército, além de outras entidades como a Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE) – entidade civil sem fins lucrativos, o Instituto Pandiá Calógeras, Escola Superior de Guerra e outras parcerias.

Relevantes, ainda, são os relacionamentos Interministeriais, destacando-se o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e outros.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Nas últimas décadas, tem se intensificado o emprego de ferramentas de gestão, tanto na administração privada quanto na administração pública. Seja na busca de incremento dos lucros ou da qualidade dos serviços, verifica-se o crescimento da utilização de metodologias que propiciam meios aos administradores para vencer os crescentes desafios que lhes são impostos.

A mais utilizada dentre as metodologias até então desenvolvidas, o “Planejamento Estratégico” é um processo através do qual a administração visualiza o seu futuro e desenvolve as melhores práticas para alcançá-lo.

De forma simplificada, o processo descreve a missão e a visão otimista de como a organização deseja ser reconhecida em um futuro estimado, assim como os valores em que se fundamenta para cumprir tal missão e alcançar a visão almejada.

Para tanto, analisam-se seus pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças do ambiente em que se encontra inserida, de forma a se identificar estratégias para alcançar objetivos claramente estabelecidos, as quais são implementadas por meio de programas, projetos e planos submetidos a mecanismos de monitoramento de desempenho.

Foi, portanto, com base nesta metodologia, que um Grupo de Trabalho instituído por intermédio da Portaria Ministerial nº 1.789/MD, de 24 de novembro de 2010, composto por representantes de todos os setores do MD e dos Estados-Maiores das Forças, e presidido pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, desenvolveu o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), aprovado através da Portaria Normativa nº 3.962/MD, de 20 de dezembro de 2011, e atualizado por intermédio da Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 de janeiro de 2015, estabelecendo um método para o processo de planejamento estratégico no Ministério da Defesa.

Dessa forma, os esforços são direcionados, impedindo a dispersão de ações e de recursos.

O ciclo de gestão foi concebido com vistas a privilegiar o ganho de desempenho institucional da administração central do MD sob as 4 (quatro) perspectivas seguintes:

DA SOCIEDADE:

- permite ao MD-AC orientar as suas ações com foco em resultado e atender efetivamente aos anseios da sociedade em relação à Defesa.

DOS PROCESSOS INTERNOS:

- identifica os processos mais críticos e possibilita planificar e executar ações para aprimorá-los.

DO APERFEIÇOAMENTO:

- valoriza a capacidade das pessoas e dos sistemas de informação e a motivação da organização.

DO ORÇAMENTO:

- foca na redução dos custos e no ganho de produtividade, para a sustentação organizacional.

Em que pese o EMCFA estar inserido no contexto do Planejamento Estratégico do

Ministério da Defesa, o planejamento da Unidade e das suas Subunidades, foram realizados por intermédio de Normativos, Diretrizes e outras publicações que foram disseminadas para todos os integrantes da Unidade.

4.1 Planejamento das Chefias do EMCFA

4.1.1 Planejamento da Chefia de Assuntos Estratégicos

Em conformidade com o Plano Plurianual 2016-2019 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016, a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) instituiu o seu Plano de Trabalho Anual para o ano em questão, com a contribuição de suas Subchefias, as quais foram responsáveis pela priorização e execução das atividades planejadas.

Nesse sentido, a estratégia de atuação da CAE, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, foram as seguintes:

- Participação em reuniões bilaterais com países da América do Norte, Ásia e Europa e países sul-americanos, visando ao intercâmbio de experiências, bem como ao aprimoramento da gestão do conhecimento de defesa e ao fortalecimento da confiança mútua entre as instituições participantes;
- Atuação protagonista nas atividades constantes do Plano de Ação 2016 do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL);
- Acompanhamento das Políticas Setoriais de Governo e suas implicações para a Defesa Nacional, em ligação com as Forças Armadas e órgãos públicos e privados; e
- Participação em seminários, cursos, conferências, simpósios e fóruns no Brasil e no exterior, com os objetivos de desenvolver competências e aperfeiçoar a capacitação de recursos humanos em assuntos relativos à defesa nacional e defender posicionamentos e/ou interesses do Ministério da Defesa.

4.1.2 Planejamento da CHELOG

Como Objetivos Gerais, a CHELOG primou por elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Especificamente, a CHELOG primou pelos seguintes objetivos:

- Realizar atividades voltadas para a coordenação, planejamento, execução e acompanhamento de programas e projetos relacionados: à integração logística; à geoinformação, à meteorologia; ao aerolevanteamento; à mobilização militar e nacional; às operações conjuntas; e ao Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED).
- Desenvolver Ações de Medicina Operativa, desenvolvendo doutrina por meio de cursos e adestramentos de alto nível no tratamento médico a feridos em combate ou

desastres, formando pessoal para o planejamento conjunto do Apoio de Saúde às operações militares, realizando o treinamento de equipes conjuntas formadas por profissionais de saúde das três Forças Singulares, visando o trabalho integrado por meio de protocolos, sistemas e linguagens comuns em Operações Conjuntas, de Paz e Humanitárias;

- Formular a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas e supervisionar as suas ações decorrentes; supervisionar os trabalhos da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas; analisar e propor, quando necessário, a revisão dos valores da etapa alimentação para as Forças Armadas;
- Adquirir, conservar e manter equipamentos e materiais relacionados à Tecnologia da Informação; contratar serviços para o desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD); e qualificar técnica e doutrinariamente pessoal para operar o SILD;
- Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) constituído por um conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrina, procedimentos e informações, tudo apoiado por Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que seja capaz de dar suporte às atividades de mobilização e desmobilização nacionais, interoperando o Órgão Central do Sistema de Mobilização (Ministério da Defesa) com os integrantes dos subsistemas setoriais de mobilização;
- Preparar órgãos e entidades da Administração Pública Federal e atores privados para planejar e executar atividades que concorram para o fortalecimento do Sistema Nacional de Mobilização, com base nos objetivos gerais e específicos dispostos na Política de Mobilização Nacional, bem como nas diretrizes governamentais correlatas;
- Custear as atividades para consolidar a implantação e manutenção do Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) e para o funcionamento de sua estrutura no MD e nas FA; as ações para o gerenciamento das atividades de preparo da mobilização; e as despesas com o planejamento e execução de exercícios conjuntos de mobilização militar e para a formulação de Planos Setoriais de Mobilização Militar; e
- Apoiar logisticamente, como encargo adicional, o Programa Mais Médicos do Governo Federal. (Decreto nº 7.974 de 01/04/2013).

4.1.3 Planejamento da CHOC

A Chefia de Operações Conjuntas desenvolveu suas atividades em conformidade com o Plano Plurianual 2016-2019, levando em consideração suas competências legais e por intermédio das Subchefias subordinadas, nas áreas de: Comando e Controle, Inteligência Operacional, do Emprego Conjunto das Forças Armadas e Logística Operacional e Operações de Paz.

Desta forma, as ações da CHOC, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais ao longo de 2016, foram as seguintes:

- Difusão da doutrina de Comando e Controle no âmbito das Forças Armadas e das Escolas de Altos Estudos Militares;
- Prosseguimento na implantação e aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²);
- Evolução contínua e necessária de versões do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com atualização de equipamentos, software e capacitação de recursos humanos; realização de estágios de C² nos Comandos Militares de Área por ocasião dos exercícios de adestramento;
- Participação em operações multinacionais, com propósito de identificar subsídios para a evolução da doutrina e do SISMC²;
- Manutenção da infraestrutura, do suporte técnico e do apoio operacional às ações de C² das Forças de Paz no Haiti e no Líbano;
- Ampliação e modernização da rede do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) para servir de infraestrutura de telecomunicações do SISMC²;
- Manutenção em operação e prosseguimento da implantação e aperfeiçoamento do Sistema de Inteligência Operacional, por meio do fornecimento de imagens de satélites de alta e média resolução para auxiliar no planejamento das operações conjuntas;
- Na área do Emprego Conjunto das Forças Armadas, desenvolvimento de atividades de Inteligência que possibilitem um assessoramento mais seguro ao processo decisório da Chefia de Operações Conjuntas e um melhor planejamento para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas;
- Execução da Operação Conjunta AMAZÔNIA 2016 (ambiente terrestre e fluvial), empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas; reuniões de planejamento estratégico, operacional e tático da Operação Opala 2016; execução da Operação Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016; participação no exercício multinacional PANAMAX, e execução do exercício de simulação de combate AZUVER 2016;
- Participação na Operação Multinacional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Exercício FELINO 2016;
- Intensificação da presença das Forças Armadas nas faixas de fronteira, com a realização da Operação ÁGATA 11 (Plano Estratégico de Fronteiras);
- Participação em inúmeras operações complementares e subsidiárias (combate ao mosquito Aedes, operações de GLO em RR, PE e RJ, Operação GVA (Garantia de Votação e Apuração, nas eleições 2016), exercício de defesa civil ECADEC no ES, entre outras;

- Prosseguimento na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – (MINUSTAH); ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL);
- Seminários e simpósios visando à difusão doutrinária, capacitação e atualização dos recursos humanos e atendimento às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, no tocante ao desenvolvimento nacional e ao apoio à Defesa Civil, no nível operacional, quando solicitado pelo Governo Federal e/ou pelos seus Órgãos

4.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

4.2.1 Objetivos do PPA 2016 – 2019, Ações sob responsabilidade do EMCFA

Os objetivos da unidade identificados no âmbito do PPA foram:

0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.

1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade

4.2.2 Quadros dos Objetivos

Objetivo 1119

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.					
Código	1119	Órgão	Ministério da Defesa/EMCFA			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2019	b)Realizada em 2016	c)Realizada até 2016	d)% Realização até 2016 (c/a)
1	04FH – Alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle	%	50,00	40,00	40,00	80,00
2	04FG – Alcançar 10% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional	%	10,00	1	10,00	10,00
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	04FK - Integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS – Defesa) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.					
2	04FI - Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear					
3	04FJ - Reduzir os riscos de ataques cibernéticos às redes computacionais do Governo Federal					

Análise Situacional:

Em 2016, foram planejadas reuniões de coordenação e delineamento técnico do Programa Interoperabilidade Técnica de Comando e Controle, que trata da integração do RDS com os demais sistemas de comunicações. No entanto, as etapas que efetivam esta integração, tais como a portabilidade da Forma de Onda Tática da Aeronáutica no RDS-Defesa; a interligação do Sistema de Combate (SICONTA), da Marinha do Brasil, com o Sistema de C² do Link BR2; a interligação do Sistema de C² do Link BR2 com o Sistema de C² da Força Terrestre; e o desenvolvimento de interface entre o Link BR2 e o RDS-Defesa, não avançaram no corrente ano, em virtude das restrições orçamentárias impostas.

Providências a serem tomadas

- Replanejamento das reuniões de coordenação e delineamento técnico do Programa Interoperabilidade Técnica de Comando e Controle; e
- Alocação de recursos orçamentários para dar andamento às etapas da integração do RDS com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.

Objetivo 1122

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.					
Código	1122	Órgão	52000 - Ministério da Defesa			
Programa	Defesa Nacional		Código	2058		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2016	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realização (c/a)
1	04G8- Realizar 20 (vinte) exercícios militares conjuntos.	Operações	04	04	04	100
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Objetivo não possui metas com esta classificação						
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	04G7 - Integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas. (SC-1)					

Análise Situacional:

Meta 04G7 - Integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas.

Os enlaces de dados satelitais e terrestres entre os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas se mantiveram dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelos respectivos contratos em 2016, não havendo indisponibilidades que viessem a afetar e comprometer a qualidade dos serviços para os Comandos, dentre eles, os canais de comunicação em voz e dados.

Em relação ao intercâmbio de dados de interesse entre os Centros de C², o Projeto InterC² é responsável por viabilizar a troca de dados entre os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) do MD e das Forças Armadas. Ele é composto por um barramento lógico e por acopladores. O barramento lógico e o acoplador para o SAD da Marinha será concluído e entregue até o final deste ano (2016). Para os próximos anos, está prevista a conclusão do Projeto, com a entrega do acoplador para o SAD da Força Aérea e o acoplador para o SAD do Exército Brasileiro.

Em relação ao intercâmbio de imagens pelo Portal de Inteligência Operacional (PIOp), a disponibilidade foi plena, com excelente qualidade na troca de arquivos com até 1GB de dados. Acima deste valor, houve um decréscimo na qualidade do intercâmbio de imagens de satélite, requerendo uma ampliação da capacidade de armazenamento nos servidores e do meio de transmissão.

Providências a serem tomadas

- Renovação contratual para a manutenção dos padrões operacionais vigentes;
- Alocação de recursos orçamentários para a manutenção do cronograma do Projeto InterC²; e
- Ampliação da capacidade de armazenamento e do meio de transmissão utilizados no PIOp, visando o envio de arquivos de imagem superiores a 1GB de dados.

Meta 04G8 – Realizar 20 exercícios militares conjuntos

Com o intuito de atingir o Objetivo de planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional, e cumprir a Meta 04G8 (realizar 20 exercícios militares conjuntos, no PPA 2016-

2019), o Ministério da Defesa (MD), no exercício de 2016, realizou as Operações AMAZÔNIA 2016 e ÁGATA 11, e participou dos exercícios multinacionais FELINO e PANAMAX.

A Operação Amazônia 2016, com o objetivo de treinar os Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas para a interoperabilidade em operações no ambiente amazônico, ocorreu em outubro/2016 e contou com a presença de militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A Operação se dividiu em duas fases: a primeira, caracterizada por exercícios militares simulados e adestramento do planejamento conjunto dos Estados-Maiores; a segunda, por ações das tropas como reconhecimento e infiltrações aéreas na selva, escolta e resgate de reféns e embarcações; e a Ação Cívico-Social (Aciso).

O porto da cidade de Iranbuba/AM, recebeu tropas militares que participaram de uma simulação sobre dominação de grupos guerrilheiros. As atividades desenvolvidas compreenderam um assalto aeromóvel (tropas transportadas por helicópteros), em aeronaves do 4º Batalhão de Aviação do Exército e do 7º/9º Esquadrão da Força Aérea Brasileira, organizações sediadas em Manaus.

Além disso, tropas navais isolaram o porto de Iranduba para assegurar a tomada do local pelo Batalhão de Operações Ribeirinhas, desembarcado pela Flotilha Amazonas. Houve simulação de atendimento de feridos, por meio da prática de medicina operativa, a evacuação para o Hospital de Campanha da Força Aérea Brasileira, montado no porto de Iranduba e atividades da Ação Cívico-Social no município, para atender a população local. A ação prestou atendimento médico gratuito.

A Ágata é uma iniciativa de responsabilidade do Ministério da Defesa, cujo objetivo é combater delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais, entre outros ilícitos.

Em 2016 foi realizada a 11ª edição da Operação Ágata, de combate ao crime em fronteiras, de Roraima ao Rio Grande do Sul, envolvendo os 16.886 quilômetros de fronteira, em onze estados. A ação contou com a participação de 11.244 militares do Ministério da Defesa, além da atuação de 450 profissionais de agências governamentais e órgãos federais, estaduais e municipais.

Participaram desse esforço a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Receita Federal e órgãos de segurança dos Estados das regiões de fronteira. No total, 33 agências governamentais, juntamente com o efetivo das Forças Armadas, realizam ações de fiscalização e inspeção nas estradas, patrulhamento terrestre, motorizado, fluvial e marítimo.

A Operação conta ainda com atendimento social à população, as chamadas ações cívico-sociais (Acisos) ao longo da faixa de fronteira.

O Exercício FELINO 2016 ocorreu em setembro/2016 na cidade da Praia em Cabo Verde e contou com a participação de 90 militares dos nove países que integram a CPLP. Trata-se de um treinamento multinacional combinado, realizado anualmente em território de um dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e tem a finalidade de aperfeiçoar a atuação das Forças Armadas nas Operações de Manutenção de Paz e de Ajuda Humanitária.

O PANAMAX é um exercício multinacional anual patrocinado pelo Comando Sul dos EUA (SOUTHCOM) e focado em garantir a segurança do Canal do Panamá e região. Em 2016, foi realizado em várias bases militares dos EUA e em Santiago, no Chile.

Dezenove países se juntaram aos Estados Unidos durante o exercício de sete dias em simulações para comandar e controlar forças multinacionais marítimas, aéreas, cibernéticas e terrestres na defesa da hidrovia vital e arredores contra ameaças de terrorismo e para fornecer ajuda humanitária, caso necessário.

O exercício de 2016 incluiu novidades significativas: cada um dos comandos de terra, mar e ar foi chefiado pelo Chile, Peru e Colômbia, respectivamente.

Além disso, o Brasil atuou como subcomandante geral da Força Multinacional enquanto a Colômbia liderou o Componente de Comando de Operações de Forças Especiais que estava baseado na Base da Reserva da Força Aérea dos EUA em Homestead, na Flórida.

Os exercícios multinacionais revestem-se de especial importância não só na captação e troca de conhecimentos, como, e principalmente, na capacidade de projeção internacional das Forças Armadas na esfera dos países de língua portuguesa (Exercício Felino) e dos países do Continente Americano (Panamax).

Os fatores que contribuíram para o alcance do objetivo foram o prévio e minucioso planejamento, o cumprimento do calendário operacional e a busca da interoperabilidade entre as Forças. Os fatores que dificultaram foram, praticamente, de ordem orçamentária (contingenciamentos, cortes e divisão dos recursos em lotes).

Objetivo 0554

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.		
Código	0554	Órgão	52000 – Ministério da Defesa/EMCFA
Programa	Defesa Nacional	Código	2058
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
1	04EV – Celebrar e ratificar acordos de cooperação e memorandos de entendimento na área de defesa com países de interesse estratégico brasileiro, como instrumento da Defesa Nacional.		
2	04EU – Cooperação e intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais como forma de contribuir para a paz, segurança e estabilidade regional e internacional.		
3	04SK – Implementar as atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE).		

Análise Situacional:

Em 2016, o Ministério da Defesa (MD) procurou elevar a projeção do Brasil junto aos países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de seu interesse, em que pese as dificuldades decorrentes do processo de restrição fiscal observado ao longo do ano.

Nesse contexto, cabe salientar a participação do MD em diversos fóruns multilaterais que trataram de temas relacionados à área militar e de defesa, com destaque para a XII Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA), a qual contribuiu para a obtenção de consenso sobre a Agenda Temática proposta para a Conferência; as diversas reuniões no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e as reuniões do Conselho de Delegados da Junta Interamericana de Defesa (JID), zelando pelos interesses do MD e buscando o fortalecimento das relações com seus Estados Membros.

No que diz respeito à JID, cumpre ressaltar a preservação dos interesses brasileiros na área de desminagem humanitária, cujas resoluções são discutidas no âmbito da Junta. Como consequência, e em função do prestígio alcançado por militares brasileiros nessa área, o Brasil foi convidado a apoiar a missão de desminagem na Colômbia, mantendo, atualmente, um contingente de cinco militares naquele país.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões com os seguintes países: Alemanha, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Mauritânia, Portugal e Suécia.

Em todos esses encontros, buscou-se a atualização de temas de interesses de ambos os países na área de defesa, a identificação das possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa, o fortalecimento da base industrial de defesa, bem como procurou-se reforçar a capacidade de inserção diplomática militar brasileira.

Como fatores que contribuíram para a participação em tais eventos destacam-se os arranjos de gestão levados a efeito para fazer frente às severas restrições orçamentárias, tais como, o agendamento de reuniões com a necessária antecedência visando ao emprego eficaz e eficiente dos recursos, a otimização do afastamento do País de representantes do MD, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e o incremento da realização de eventos no País, além da postergação de reuniões bilaterais para 2017.

No tocante aos acordos de cooperação e/ou memorandos de entendimento, os mesmos possuem uma dinâmica própria para serem firmados, devendo respeitar as respectivas legislações nacionais e as obrigações do direito internacional. O modelo de acordo adotado pelo MD, denominado de “Acordo Quadro sobre Cooperação no Domínio da Defesa”, é elaborado em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A sua importância traduz-se pela consolidação e aperfeiçoamento das relações com outros países, bem como pela busca e ampliação de parcerias estratégicas, especialmente nas áreas de ensino, treinamento e capacitação militar, apoio à indústria de defesa, procurando agregar, quando possível, conhecimentos de tecnologia de ponta. Atualmente, o Estado brasileiro encontra-se em negociação de um Acordo-Quadro com mais de 26 países, com a expectativa de serem celebrados ao longo do PPA.

No intuito de aprofundar parcerias regionais, cabe ressaltar o protagonismo brasileiro na condução e coordenação dos diversos trabalhos relacionados às 11 iniciativas e 5 Grupos de Trabalho do Plano de Ação 2016 do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), notadamente nos setores de política de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, operações de paz, formação e capacitação e indústria de defesa.

Adicionalmente, merece destaque a realização do III Seminário de Catalogação e do I Seminário sobre Políticas Industriais de Defesa dos Estados Membros do CDS, em Brasília, possibilitando a sinergia das políticas industriais de defesa; bem como a V Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (V CADSUL) para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios da Defesa, na Escola Superior de Guerra, com o objetivo de desenvolver, um pensamento sul-americano de defesa com base na cooperação e integração regional.

Ademais, representantes do MD participaram ativamente das diversas reuniões do CDS, destacando-se: a III Reunião Ordinária do Conselho Superior da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE); a VII Reunião Extraordinária do Conselho Diretivo do Centro de Estudos Estratégicos (CEED); a XIII Reunião Ordinária da Instância Executiva; e a VII Reunião Ordinária de Ministros de Defesa, nas quais se aprofundou o esforço no sentido de identificar oportunidades de cooperação entre os Estados-Membros do CDS, fomentar a confiança mútua e prosseguir na construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa.

Ratifica-se o prestígio alcançado pelo Brasil no âmbito do CDS por meio da reeleição em 2016, por unanimidade, do representante do Ministério da Defesa para o importante cargo de Secretário-Executivo da ESUDE, no mandato de 2017 a 2019, em Quito, Equador.

Para 2017, espera-se dar continuidade à participação brasileira nos fóruns multilaterais, assim como ampliar a pauta de cooperação em Defesa e explorar parcerias inovadoras, nos termos da projeção estratégica adquirida pelo Brasil nos últimos anos.

No entanto, cabe salientar que as restrições orçamentárias se apresentaram como um óbice ao atingimento pleno do objetivo, tendo em vista as alterações nos cronogramas de desembolso financeiro, os significativos contingenciamentos e a reprogramação financeira efetuadas ao longo de todo o exercício de 2016.

Objetivo 1125

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade					
Código	1125	Órgão	52000 - Ministério da Defesa			
Programa	Política Nacional de Defesa		Código	2058		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista até 2019	b) Realizada em 2016	c) Realizada até 2016	d) % Realizado em 2016(Previsto/Realizado)
1	Profissionalização de 48.000 jovens, de 2016 a 2019, pelo Programa "Soldado Cidadão"	Jovens	48.000	8.066	8.066	16,80

Análise Situacional:

Para o exercício financeiro de 2016, a previsão de dotação inicial foi de R\$ 8.163.809,00, tendo sido bloqueado o valor de R\$ 3.516.639,00 em decorrência de estipulação de Limite para Movimentação de Empenho (LME). O valor autorizado para o planejamento das atividades anuais em 2016 foi de apenas R\$ 4.647.170,00. Houve um impacto significativo, porque a meta estabelecida para 2016 era de 12.000 formandos, no entanto foram qualificados apenas 8.066 jovens. Deixaram de se formar 3.934 jovens. Cabe ressaltar, que a finalidade do Projeto Soldado Cidadão, do Ministério da Defesa, é dar formação profissionalizante para recrutas que prestam o Serviço Militar, a fim de facilitar o ingresso no mercado de trabalho depois de serem licenciados das fileiras das Forças Armadas. Mais que uma ferramenta de inclusão social, no entanto, o Projeto Soldado Cidadão é uma importante contribuição das Forças Armadas para a construção de um país mais próspero e desenvolvido, que incentiva a capacidade produtiva, a geração de oportunidades e o preparo dos jovens para o futuro.

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística e Mobilização realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2016 atinente à AÇÃO 6557 – Formação Cívico Profissional de Jovens em Serviço Militar.

- Viagens de Acompanhamento e Orientação;
- Reuniões do Comitê Gestor para coordenação das atividades e para definição das Organizações Militares hospedeiras vencedoras do Prêmio Melhor Gestão do PSC;
- Reuniões com a FIESP objetivando a realização de projeto piloto de cursos do PSC, por intermédio do SENAC/SP;
- Reuniões com o MEC com o fim de possibilitar o oferecimento de cursos utilizando o ensino a distância;
- Realização da Cerimônia de entrega do 7º Prêmio Melhor Gestão e Diploma de Colaborador do Projeto;
- Destaque de crédito para as Forças Singulares em apoio à formação cívico-profissional dos jovens que prestam Serviço Militar, com vistas a facilitar o ingresso no mercado de trabalho.

4.2.2 Quadro das Ações – Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS)

Ações de Responsabilidade do EMCFA – 2016

CÓDIGO	NOME DA AÇÃO
20X1	Participação Brasileira em Missões de Paz
20X5	Comando e Controle da Defesa Nacional
20X7	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas
14SY	Apoio a Realizações de Grandes Eventos
20X3	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional
2D55	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa
151D	Obtenção de Sistemas de Defesa Antiaérea
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
15KP	Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa
20T4	Manutenção do Sistema Militar de Catalogação Brasileiro
6557	Formação cívico-profissional de jovens em serviço militar
2872	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

ACÇÃO 20X1 – PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ

ACÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		20X1				
Título:		Participação Brasileira em Missões de Paz				
Iniciativa:		Representa o Próprio Objetivo				
Objetivo:		1122 – Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.				
Programa:		2058 – Defesa Nacional				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta				
Ação Prioritária:		() Sim (x) Não		Caso Positivo: ()		() Brasil sem Miséria PAC
Lei Orçamentária Anual – 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a pagar inscritos 2016		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
194.304.442	194.304.442	189.982.921	121.815.155	96.490.091	25.325.064	68.167.766
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto		Reprogramado	Realizado
Missão realizada		Unidade por ano	1		1	2
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentaria e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Missão realizada	Unidades por ano		

FONTE: SIOF

Análise Situacional:

O Brasil atuou com Contingentes de Tropa em duas Missões da ONU: a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Foram realizadas, ao longo do ano, diversas atividades voltadas ao preparo e emprego de contingentes para atuar nessas duas missões, bem como aquelas visando a rotação de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacam-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no país e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico ao Haiti; acompanhamento das inspeções de prontidão operacional realizadas pela ONU; viagens do navio de apoio logístico ao Contingente Brasileiro (CONTBRAS) no Haiti. Essas atividades, além de permitirem a execução das Missões, possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas e de policiais militares em Operações de Paz.

Além da MINUSTAH e da UNIFIL, as Forças Armadas também têm contribuído em 10 (dez) diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, com observadores, integrantes de Estados-Maiores, ou grupo de monitores. Para isso os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e no exterior.

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, mantém, desde 2004, um contingente de militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH, além de participar com um General de Divisão desempenhando a função de “*Force Commander*” do Componente Militar. Atuando, com 970 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado no terreno em duas organizações militares:

- Um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) com 850 militares, composto por fuzileiros navais, militares do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, e
- Uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) com 120 (cento e vinte) militares do Exército Brasileiro.

O contingente brasileiro continuou desempenhando sua tarefa de assegurar condições para a manutenção de um ambiente seguro e estável, de forma a permitir a reconstrução das instituições do Estado de Direito haitiano. Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da MINUSTAH, a situação de estabilidade no Haiti tem apresentado indicadores aceitáveis de segurança. A MINUSTAH contribui com a estabilização político-institucional daquele país para o seu desenvolvimento social e econômico, sendo reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

A passagem do furacão Matthew, que atingiu o Haiti em 4 de outubro de 2016, provocou grande devastação na região sudoeste do país deixando cerca de 1000 mortos. 330 soldados brasileiros, duas companhias de infantaria e mais 50 homens da companhia de engenharia do Brasil, foram desdobrados para as cidades de Miragoâne, Les Caye e Jeremie, todas ao sul do país. Alguns pelotões também chegaram a Jacmel e Petit Goave, também atingidas pelo olho do furacão.

O objetivo das tropas do Brasil era desobstruir estradas bloqueadas e permitir a chegada de ajuda humanitária à população. As tropas também atuaram na escolta de comboios e segurança na distribuição dos itens de primeira necessidade.

As eleições gerais previstas para o dia 9 de outubro de 2016, foram adiadas, por conta dos danos provocados pelo furacão Matthew. O pleito eleitoral e a transição pacífica do poder na ilha

havia sido estabelecidos como marco pelas Nações Unidas para o determinar o início da desmobilização militar da missão.

O empresário Jovenel Moise, o candidato apoiado pelo ex-presidente Michel Martelly, venceu a eleição presidencial do Haiti, realizada em 20 de novembro de 2016, ainda no primeiro turno, com 55,67% dos votos.

Foram realizados no ano de 2016, dois rodízios das tropas no Haiti, um no mês de junho com o transporte de aproximadamente 1940 militares, realizado pela Ethiopian Air Lines, empresa contratada pela ONU e outro no mês de novembro com o transporte de 1994 militares entre tropa e comitiva, realizado pela FAB no 767-300ER, com custos pagos por esta Subchefia.

A Força Aérea Brasileira também participou da missão com 08 (oito) voos de apoio logístico, sendo 04 (quatro) realizados pela aeronave C-130 e 04 (quatro) realizados pela aeronave C-767, totalizando o transporte de duzentos e cinquenta e quatro (254) passageiros, 19.103 Kg de carga em 301,66 m³ de volume, para reabastecer o Contingente Brasileiro transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição, além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa. Esses voos foram utilizados também para o transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-os em pleno emprego.

Houve ainda 04 voos, realizados pela aeronave C-99, para transporte dos militares envolvidos nas Viagens de Avaliação e Reconhecimento dos 24º e 25º Contingentes Brasileiros no Haiti.

Houve apenas uma viagem de apoio logístico, no primeiro semestre de 2016, empregando um navio da Marinha do Brasil, transportando equipamentos de grande porte e materiais diversos.

Outrossim, o Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, a partir do ano de 2011, mantém um contingente de militares da Marinha do Brasil na Força Internacional das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

No ano de 2016, o contingente brasileiro contou com a participação da Corveta Barroso, Fragata Independência e Fragata Liberal, com um contingente totalizou 720 militares. O contingente brasileiro contou ainda com o Comando daquela Força-Tarefa Marítima, por meio de um Contra-Almirante e mais doze militares componentes de seu Estado-Maior.

A Força-Tarefa Marítima tem como tarefas principais: impedir a entrada ilegal, nos portos do Líbano, de armas e materiais afins; e contribuir com o treinamento da Marinha libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Esta é a única operação de paz de caráter naval que a ONU realiza e a primeira vez que o comando da Força-Tarefa Marítima está a cargo de um país não membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Com relação às dificuldades logísticas para a missão no Líbano, cabe destacar a distância de Beirute ao Rio de Janeiro (10.600 Km), e as necessidades de manutenção e de abastecimento de combustível e lubrificantes afetados diretamente pela cotação do dólar.

Além da MINUSTAH e da UNIFIL, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também contribuíram com 57 militares e 6 policiais militares, em 10 (dez) diferentes missões de

paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, eles atuam nos seguintes países/regiões: Haiti, Sudão, Sudão do Sul, Líbano, Costa do Marfim, Libéria, Saara Ocidental, República Centro-Africana, Congo e Chipre."

20X5 - COMANDO E CONTROLE DA DEFESA NACIONAL

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20X5					
Título:	Comando e Controle de Defesa Nacional					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1119 – Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
26.599.442	24.394.000	24.372.520	21.034.587	20.969.173	65.414	3.337.933
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Sistema mantido	Unidade	1	1	1		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
5.106.863	5.032.095	(-40.494)	Sistema mantido	Unidade	-	

FONTE: SIOP

Análise Situacional:

A execução físico-financeira em 2016 teve como característica o contingenciamento de recursos da Ação 20X5, da ordem de 8%, resultando numa dotação final de R\$ 24.394.000,00. Foi possível atingir a maior parte dos objetivos previstos no planejamento, especificados na análise de cada plano orçamentário desta captação, exceto o desenvolvimento das etapas que efetivam esta integração, tais como a portabilidade da Forma de Onda Tática da Aeronáutica no RDS-Defesa; a interligação do Sistema de Combate (SICONTA), da Marinha do Brasil, com o Sistema de C² do Link BR2; a interligação do Sistema de C² do Link BR2 com o Sistema de C² da Força Terrestre; e o desenvolvimento de interface entre o Link BR2 e o RDS-Defesa.

Ação 20X5 PO 0001 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) compõe a infraestrutura de telecomunicações do Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa, sendo o mais importante meio de telecomunicações que apoia o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no acompanhamento das Operações Combinadas ou Conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da paz, como no Haiti e no Líbano.

Este plano orçamentário permitiu a manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) de forma que ele pudesse apresentar um bom estado de operação em apoio às Operações Conjuntas.

i. Análise Situacional - A dotação final para o PO 0001 foi de R\$ 20.265.626,00, permitindo o atingimento da meta física prevista para o PO.

Foi inscrito em Restos a Pagar (RAP) não processados o valor de R\$ 2.426.612,66, visando o pagamento de contratos de enlaces para o SISCOMIS cujos serviços foram realizados em dezembro, mas faturados em janeiro de 2017, bem como, o pagamento de contrato de manutenção de terminais do SISCOMIS cujos serviços serão liquidados em 2017.

Desta forma, não houve comprometimento na manutenção do sistema, que operou normalmente, proporcionando o suporte para que as atividades de Comando e Controle continuassem a ser desencadeadas, por intermédio dos meios de comunicações existentes para transmissão de dados, imagens e videoconferências, entre outros.

ii. Resultados Alcançados - os resultados alcançados foram bastante satisfatórios e dentro do planejado, sendo atingidos por meio da realização das seguintes atividades: pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais em Banda X e Ku e terrestres às empresas Star One, Telebrás e Claro; pagamento de contratos de manutenção de terminais satelitais terrestres que compõem o SISCOMIS; aquisição de sobressalentes para o SISCOMIS; visitas às instalações das estações terrenas do SISCOMIS; e capacitação de recursos humanos, bem como, visitas técnicas, operacionais e logísticas.

Ação 20X5 PO 0003 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

Este plano orçamentário visa o aperfeiçoamento e a evolução da estrutura do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS).

i. Análise Situacional - A dotação final para o PO 0003 foi de R\$ 103.644,00, dificultando o atingimento da meta física prevista para o PO, no que concerne a modernização do SISCOMIS (implantação do sistema Voip e a modernização do Centro de Monitoramento da Rede Operacional de Defesa).

Foi inscrito em RAP não processados o valor de R\$ 59.487,26, visando o aperfeiçoamento da estrutura do Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS), cujos trabalhos serão concluídos e liquidados em 2017.

ii. Resultados Alcançados – em decorrência do contingenciamento ocorrido, os resultados alcançados foram acanhados, tendo sido possível apenas realizar o adestramento de operadores de terminais do SISCOMIS, visitas de acompanhamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e aperfeiçoamento da estrutura do CMS.

Ação 20X5 PO 0004 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras

O Sistema de Comunicações Militares Seguras é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais Sistemas de Comando e Controle ou de Armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão.

Este plano orçamentário permitiu o aperfeiçoamento e a evolução da estrutura do Sistema de Comunicações Militares Seguras.

i. Análise Situacional - A dotação final para o PO 0004 foi de R\$ 30.164,00, dificultando o atingimento da meta física prevista para o PO, no que concerne ao aperfeiçoamento da interoperabilidade tática entre as Forças Armadas.

Foi inscrito em RAP não processados o valor de R\$ 1.592,33, que será liquidado em 2017, não impactando na realização da meta estabelecida.

ii. Resultados Alcançados - em decorrência do contingenciamento ocorrido, os resultados alcançados foram acanhados, com a realização de capacitação de recursos humanos.

Ação 20X5 Plano Orçamentário 0005 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas

Os centros de operações são estruturas de comando e controle imprescindíveis para o acompanhamento das operações correntes.

Este plano orçamentário permitiu o aperfeiçoamento dos sistemas utilizados no centro de operações conjuntas do MD, bem como, nos centros de comando e controle das Forças Armadas.

i. Análise Situacional - A dotação final para o PO 0005 foi de R\$ 2.448.787,00, permitindo o atingimento da meta física prevista para o PO.

Foi inscrito em RAP não processados o valor de R\$ 12.356,92, que será liquidado em 2017, não impactando na realização total da meta estabelecida.

ii. Resultados Alcançados - os resultados alcançados foram bastante satisfatórios e dentro do planejado, sendo atingidos por meio da realização das seguintes atividades: aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); implantação da Arquitetura Orientada à Serviços, que permitirá a troca de informações automatizada no nível operacional; e capacitação de recursos humanos.

20X7 - EMPREGO CONJUNTO OU COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20X7					
Título:	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1122 – Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacionais e internacionais.					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: ()		() Brasil sem Miséria PAC	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
30.498.171	44.498.171	36.083.705	26.503.973	24.809.116	1.694.857	9.579.732
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Operação realizada		Unidade	4	4	4	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
17.298.638	15.703.109	(-938.435)	Operação Realizada	Unidade		

FONTE: SIOF

Visando cumprir as metas propostas para a Ação 20X7 e, por conseguinte, o atingimento do Objetivo previsto no PPA 2016-2019, no exercício de 2016 foram realizadas 2 (duas) grandes Operações: a Operação Amazônia 2016 e a Operação Ágata 11, além da participação nos exercícios multinacionais FELINO e PANAMAX. Todas essas metas são de extrema importância para as Forças Singulares e para o Ministério da Defesa, uma vez que busca aplicar e consolidar doutrinas de emprego conjunto das Forças Armadas, adestrar o Estado-Maior Conjunto, e no caso das operações conjuntas como a Amazônia 2016, buscar a interoperabilidade entre as Forças Armadas.

A Operação Ágata 11, que é o principal instrumento do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), não fica restrito no âmbito das Forças Armadas, pois que se trata de um exercício interagências, dela participando o Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e Ministério da Fazenda, órgãos estaduais e municipais, Polícia Federal, Receita Federal e outras entidades governamentais. Os exercícios multinacionais revestem-se de especial importância não só na captação e troca de conhecimentos, como, e principalmente, na capacidade de projeção internacional das Forças Armadas na esfera dos países de língua portuguesa (Exercício Felino) e dos países do Continente Americano (Panamax). Os fatores que contribuíram para o alcance dessas metas foram o prévio e minucioso planejamento, o cumprimento do calendário operacional e a busca da interoperabilidade entre as Forças. Os fatores que dificultaram o atingimento das metas são, quase que totalmente, de ordem orçamentária (contingenciamentos, cortes e divisão dos recursos em lotes). Para 2017, a Chefia de Operações Conjuntas do MD pretende cumprir um calendário operacional composto, a princípio, pela execução da Operação Conjunta Laçador,

Operação Ágata (com concepção de operações pontuais em faixas de fronteira), além da participação nas operações multinacionais Felino e Panamax.

14SY – APOIO A REALIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	14SY					
Título:	Apoio à Realização de Grandes Eventos					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1125 – Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: ()		() Brasil sem Miséria PAC	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
150.069.267	395.569.267	388.144.799	384.957.425	375.124.241	9.833.184	3.157.374
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Evento apoiado		Unidade	2	2	2	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
96.188.013	114.235.686	(-5.180.434)	Evento apoiado	Unidade	-	

FONTE: SIOP

As Portarias Normativas Nº 2.221/MD, de 20 AGO 2012, e Nº 232/MD, de 30 Jan 2015, aprovaram as Diretrizes Ministeriais que estabeleceram orientações para a atuação do Ministério da Defesa nas atividades compreendidas nos Grandes Eventos determinados pela Presidência da República (a Jornada Mundial da Juventude de 2013; a Copa das Confederações de 2013; a Copa do Mundo FIFA de 2014; e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 – Jogos Rio 2016).

Os instrumentos legais proporcionaram o respaldo necessário para que o Ministério da Defesa pudesse realizar o planejamento para o emprego temporário das Forças Armadas para atuar: nas áreas de Defesa Aeroespacial, de Controle do Espaço Aéreo, de Defesa de Áreas Marítima, Fluvial e Portuária, de Segurança e Defesa Cibernéticas, de Preparo e Emprego, de Comando e Controle, de Defesa Contra Terrorismo, de Fiscalização de Explosivos, de Forças de Contingência e de Defesa Contra Agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos ou Nucleares; em ações complementares, quando for o caso; e em outras atribuições constitucionais das Forças Armadas, em todas as cidades-sede, durante os Grandes Eventos.

O Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI) para os Jogos Rio 2016, aprovado por Portaria Interministerial Nr 1, de 30 Set 15 (DOU Nr 195, de 13OUT2015), dos Ministros da Defesa, da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional, particularizou as áreas de atividades e acrescentou outras que contribuíram para a segurança do evento.

Para os Jogos Rio 2016, o planejamento plurianual e a previsão de alocação de recursos para cada uma das Forças Singulares e para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), a guisa de Matriz de Responsabilidades, foi consolidado num documento denominado Planilha de Planejamento Orçamentário para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. Este documento relacionou os itens principais dos Projetos Básicos de cada uma das Forças e do EMCFA, apresentando um cronograma de previsão de desembolso orçamentário/financeiro ao longo de três anos (2014 a 2016).

Cabe ressaltar que o modelo adotado foi aprovado em reuniões coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), com participação do Ministério do Esporte, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Justiça, Secretaria de Orçamento e Finanças, Controladoria Geral da União, Secretaria do Tesouro Nacional e Gabinete de Segurança Institucional/Agência Brasileira de Inteligência. Nestas reuniões, as Forças Singulares e o EMCFA apresentaram e justificaram seus projetos com os respectivos orçamentos, para fins de avaliação (qualitativa e quantitativa).

Destaca-se, ainda, que cada atividade ou projeto que integra a Planilha de Planejamento Orçamentário para os Jogos Rio 2016, foi exaustivamente trabalhado desde a proposta inicial das Forças e sofreram aprimoramentos nas reuniões realizadas no MD, culminando com a apresentação e respectiva justificativa nas reuniões coordenadas pela CC/PR, com a participação dos diferentes órgãos já mencionados.

Aprovada a Planilha de Planejamento Orçamentário e alocados os respectivos recursos, a Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE) do EMCFA passou a gerenciar o destaque destes recursos para as Forças Singulares, conforme previsto na Planilha e, também, a administrar os recursos provisionados no âmbito do Departamento de Administração Interna do MD.

A Ação 14SY foi criada com o objetivo de acolher os recursos destinados às necessidades listadas na Matriz de Responsabilidades para a COPA FIFA 2014 e, depois, para os Jogos Rio 2016.

Efetuados os destaques para as Forças Singulares, estas passaram a realizar a execução orçamentário-financeira em estrito cumprimento ao que prescrevia a Planilha de Planejamento Orçamentário, acompanhados, tecnicamente, pelos respectivos Órgãos de Controle Interno das Forças Singulares.

A coordenação das ações de defesa foram desenvolvidas, possibilitando obter a sinergia necessária para superar, com oportunidade, os óbices que se apresentaram, tanto nos aspectos operacionais, como também visando realizar o acompanhamento da execução orçamentário-financeira, respeitada a autonomia das Forças Singulares e seus respectivos sistemas de controle interno. Ademais, o acompanhamento acima citado realizou-se por meio de relatórios gerenciais da ação 14SY – Apoio à Realização dos Grandes Eventos, obtidos junto ao SIAFI e de informações das Forças.

No ano de 2014, a ação 14SY – Apoio à Realização de Grandes Eventos, alocou recursos para a Copa Mundo FIFA 2014, utilizando 10 (dez) Planos Orçamentários – PO, evento desportivo concluído em julho do mesmo ano. A mesma ação apresentou o PO 00B – Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a fim de possibilitar o desencadeamento inicial das atividades voltadas para o evento e o PO – 00C – Apoio a Realização de Grandes Eventos, que buscou oferecer condições para a execução das operações propriamente ditas, reconhecimentos, treinamentos e deslocamentos de pessoal e material para diferentes pontos do país.

No ano 2015 a Ação 14SY da Lei Orçamentária Anual – LOA, foi estruturada em 5 (cinco) Planos Orçamentários de modo a atender os Eixos: a) Comando e Controle; b) Defesa Nacional; c) Policiamento Ostensivo; d) Prevenção de Incidentes, Catástrofes e Contra Terrorismo; e e) Segurança Vigilância e Eventos Subordinados, limitando-se a atender as necessidades do evento Jogos Olímpicos 2016. O orçamento do ano contemplou, inicialmente, um montante de R\$ 199 milhões, que ao longo do ano foi acrescido de R\$ 45,5 milhões. Contudo diante das restrições de limite para empenho a execução restringiu-se à R\$ 185,8 milhões o que fez com que algumas aquisições programadas para o ano 2015 fossem adiadas para 2016.

No ano 2016, inicialmente foi aprovado na LOA o valor de R\$ 150.069.267, posteriormente mais R\$ 74.000.000 pela Port MP 146, de 29 abr e R\$ 76.000.000 pela Port 213-MP, de 19 jul. Somando-se a isso, em 4 jan 16 foi aprovado mais R\$ 95.500.000 pela MP 710, recompondo, desta forma, os recursos insuficientes no ano 2015, perfazendo o montante, para o ano, de R\$ 395.569.267, (Trezentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais).

Assim, considerando o planejamento, o preparo e o emprego adequado dos meios disponíveis, conclui-se que as atividades desenvolvidas pelo Ministério da Defesa em proveito das Segurança dos Jogos Rio 2016 demonstraram-se determinantes para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 em um ambiente Pacífico e Seguro.

20X3 - MOBILIZAÇÃO E LOGÍSTICA PARA A DEFESA NACIONAL

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20X3					
Título:	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1114 – Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não	Caso Positivo: () PAC			() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual – 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação	Despesa	Restos a pagar inscritos 2016				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
2.649.241	2.649.241	2.619.400	2.229.671	2.115.043	74.627	389.729
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Ação implementada		Unidade		1	1	1
Restos a Pagar Não Processados-Exercício Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
126.913	120.271	(-4.492)	Ação implementada	Unidade	-	

FONTE: SIOP

Análise Situacional:

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística e Mobilização realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2016, atinente a AÇÃO 20X3:

a) Implantação do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM)

Em 2016, o Projeto CCLM atingiu um percentual de realização da ordem de 88%, restando, apenas, entregas relativas à regulamentação do CCLM e ao processo de interoperabilidade do Sistema APOLO com os órgãos do SINAMOB. O Projeto tem previsão de término para novembro de 2017. O CCLM, por sua vez, foi empregado em sua plenitude, por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016.

b) Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SISTEMA APOLO).

- (1) Capacitação de usuários do Módulo de Empresas Mobilizáveis do Sistema APOLO (MODEMOB)

A formação de pessoal capacitado a utilizar o MODEMOB alcançou seis grandes centros concentradores de Organizações Militares: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Campo Grande e Curitiba.

- (2) Utilização do Sistema APOLO em Operações Conjuntas e em grandes eventos

O Sistema APOLO foi empregado em todas as operações conjuntas e grandes eventos realizados no ano de 2016. Merece destaque, a utilização da ferramenta na Operação ÁGATA e por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016.

(3) Interoperabilidade do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)

Deu-se prosseguimento ao preconizado na Lei nº 11.631, que trata do Sistema Nacional de Mobilização. O APOLO atua como o concentrador das informações do SINAMOB, reunindo os dados oriundos dos diversos órgãos que o compõem. Em 2016, foram executadas ações a fim de coletar informações que pudessem agregar valor ao APOLO. Nesse contexto, dados das Forças Armadas e de Instituições como o Ministério da Saúde, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foram compartilhadas com a Ferramenta. Os trabalhos de interoperabilidade prosseguem, buscando parcerias com os demais integrantes do SINAMOB.

(4) Evolução da Ferramenta

Em 2016, o Módulo de Serviços Logísticos recebeu uma nova funcionalidade, a fim de solucionar pendências referentes à solicitação de recursos financeiros. Além disso, foi implementada a mudança do nome do Sistema, de SIGLMD para APOLO, de mais fácil compreensão e aceitabilidade. Além disso, deu-se início ao levantamento de requisitos para a inclusão dos processos do Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (CLATEN) na Ferramenta.

c) Participação na Conferência “Logística e Mobilização” como tema da Aula Inaugural do Curso de Logística e Mobilização Nacional/2016 (CLMN/2016), da Escola Superior de Guerra (ESG) e no Planejamento Operacional da Operação ÁGATA 11, no Comando Militar do Sul (CMS).

d) Visita Técnica de Levantamento da Situação da Logística Nacional na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), no Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), na Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) e na Orbital Engenharia LTDA, todas situadas em São José dos Campos-SP.

e) Participação em reunião com a Seção de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola Superior de Guerra (ESG) para tratar de assunto relativos a Mobilização e na Cerimônia de encerramento dos Cursos de Logística e Mobilização Nacional (CLMN), na ESG e do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM), na ECEME.

f) Participação na Conferência “Logística e Mobilização” como tema da aula inaugural do Curso de Logística e Mobilização, da Escola Superior de Guerra, e no planejamento Operacional da Operação Ágata11, no Comando Militar do Sul (CMS).

g) Participação no Planejamento Estratégico da Operação OPALA, em proveito das Operações Conjuntas ou Combinadas, no Comando Militar do Sul (CMS).

- h)** Participação na 1ª Reunião de Planejamento de Adestramento da Operação AMAZÔNIA, em proveito das Operações Conjuntas ou Combinadas, no Comando Militar da Amazônia (CMA).

- i)** Capacitação de pessoal para alimentar o Módulo de Empresas Mobilizáveis do Sistema APOLO, no Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA), situado em São Paulo-SP, no Comando da 6ª Região Militar, em Salvador-BA; no Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), no Rio de Janeiro-RJ; e no Comando da 5ª Região Militar, em Curitiba-PR.

- j)** Participação na reunião doutrinária com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola de Guerra Naval .

- k)** Participação no Painel no Curso de Logística e Mobilização Nacional/2016 (CLMN/2016), da Escola Superior de Guerra (ESG).

- l)** Participação no Seminário de Operações Conjuntas, organizado pela Comissão Interescolar de Doutrina de Operações Conjuntas (CIDOC), e com a Escola Superior de Guerra (ESG).

- m)** Participação no 7º Simpósio de Sensoriamento Remoto de Aplicações em Defesa-SERFA 2016, a fim de ampliar conhecimentos para aplicação no preparo da Mobilização Militar.

- n)** Curso de Política e estratégia (CSUPE) da Escola Superior de Guerra, em conformidade com a programação acadêmica.

- o)** Participação no Seminário da Comissão Interescolar de Doutrina de Operações Conjuntas (CIDOC) da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Assessoria de Doutrina e Legislação (ADL) com foco nas Zonas de Defesa.

- p)** Participação em planejamentos Operacionais e Táticos das Operações Conjuntas.

- q)** Participação em palestras na Escola Superior de Guerra (ESG), Escola de Guerra Naval (EGN), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

- r)** Intercâmbio de conhecimentos de Logística com as Forças Armadas do Chile.

- s)** Participação no Seminário Defence Logistics em Londres.

- t)** Participação no Seminário de Zona de Defesa na Escola Superior de Guerra.

- u)** Atendimento a Pedido de Cooperação de Ensino (PCE), na Escola Superior de Guerra (ESG), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na Escola de Guerra Naval (EGN) e na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

- v)** Visita à Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa LAAD Security 2016, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

- w)** Atendimento a Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE), com palestra sobre o tema Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED), para os alunos da Escola Superior de Guerra (ESG), na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), na cidade de São Paulo/SP.

- x)** Participação em reunião com o Presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

- y)** Participação no Seminário de Gestão de Riscos de Desastres, ocorrido em Antofagasta (Chile), como parte das atividades do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

- z)** Participação nos Planejamentos Tático das Forças Componentes e Operacional da ZD Opala 2016, em Porto Alegre/RS.

- aa)** Participação de representantes das Forças Armadas, lotados na Guarnição do Rio de Janeiro (RJ), na IX Jornada de Interoperabilidade Logística, que tratou do tema Metodologia do Gerenciamento do Ciclo de Vida de Materiais de Defesa, em Brasília/DF.

- bb)** Participação na reunião sobre o Projeto Inovador para o Desenvolvimento da Indústria de Defesa, realizado nas dependências da Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM), na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

- cc)** Participação na verificação do Planejamento Logístico AZUVER, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

- dd)** Apoio logístico visando à realização de WORKSHOP e cursos intrínsecos atinente à Função Logística Saúde com vistas a fomentar a interoperabilidade logística entre as Forças Singulares, bem como permitiram promover a qualificação técnica e doutrinária de recurso humanos na área logística, com fulcro na Doutrina de Logística Militar.

- ee)** Realização da palestra sobre o controle do aerolevante em Território Nacional, por convite da organização da 6ª Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais – Mundogeo Connect Latinamérica 2016.

- ff)** Participação em reuniões técnicas com representantes do Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA), do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) e da Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC), em

prol da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) e da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL).

gg) Participação na reunião do Comitê de Integração das Componentes Verticais Terrestre e Marítima (CICVTM), coordenada pelo IBGE no âmbito da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR).

hh) Participação nas reuniões técnicas com representantes do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) e da Comissão de Meteorologia Militar (COMCARMIL).

ii) Holanda - Participação como representante do EMCFA/MD na Missão Técnica Brasileira – Projeto Diálogos Setoriais Compatibilização da Altimetria Continental e Batimetria Marinha, no âmbito do Comitê de Integração das Componentes Verticais Terrestre e Marítima (CICVTM) da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), a fim de implementar estratégias metodológicas para a integração das informações dos referenciais altimétricos e batimétricos no território brasileiro e em prol da obtenção de subsídios ao desenvolvimento e da implementação do Projeto Sistema de Geoinformação de Defesa do EMCFA-MD, na Universidade Delft (TU DELFT), ao serviço Hidrográfico da Marinha Holandesa e a Empresa FUGRO.

jj) Participação nos trabalhos da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL), em prol da atualização da Doutrina de Meteorologia Militar de Defesa.

kk) Participação no workshop "Subsídios para um Projeto de Integração das Altitudes Terrestres e Marítimas para o Gerenciamento Costeiro", no âmbito do Comitê de Integração das Componentes Verticais Terrestre e Marítima (CICVTM) da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), a ser realizado no IBGE, além de reuniões no Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) e na sede da Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC). Incluindo, ainda, a obtenção de subsídios pelo EMCFA e FS (CHM - MB, DSG - EB e ICA - FAB), sobre a solução adotada pela Holanda, no contexto da União Europeia, atinente à referida integração das componentes verticais.

ll) Participação no Workshop on Water Security Technologies, promovido pelo SOUTHCOM e relacionado a tema de interesse na agenda do Brazil Science, Technology and Logistics (ST&L) Subgroup of the Defense Bilateral Working Group (BWG). i) Participação no 4º Seminário da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL), do 5º Seminário da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL) e do I Workshop Geoinformação de Defesa.

mm) China - Participação na 16ª Reunião da Comissão de Sistemas Básicos (CSB) da Organização Meteorológica Mundial (OMM), em prol da obtenção de subsídios ao desenvolvimento e implementação da Meteorologia de Defesa, no escopo do Projeto Estratégico Geoinformação de Defesa do EMCFA-MD, na cidade de Guangzhou, na República Popular da China.

nn) Realização de levantamento de dados junto ao ICA/DECEA e análise de requisitos junto ao CASNAV em prol do Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais no Território Nacional (SisCLATEN).

oo) Realização do 4º Seminário da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL), do 5º Seminário da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL) e do 1º Workshop de Geoinformação de Defesa.

pp) Realização de vinte e nove (29) visitas técnicas a empresas para inscrição ou renovação de inscrição junto ao MD como empresas de aerolevanteamento.

2D55 - INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE DEFESA

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	2D55					
Título:	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0554 – Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.					
Programa:	2058 –Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual – 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
14.470.352	11.576.282	9.971.263	8.160.597	8.149.269	11.328	1.810.666
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Evento realizado		Unidade	10	10	7	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
3.754.755	2.442.425	(-96.922)	Evento realizado	unidade		

FONTE: SIOF

Análise Situacional:

A execução físico-financeira da Ação 2D55, em 2016, caracterizou-se por quatro fases distintas, a saber:

A 1ª fase, compreendendo o período da entrada em vigor da LOA – 2016 (Lei Nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016) e do Decreto Nº 8.640, de 18 de janeiro, impondo limites de empenho de 1/12 para as dotações orçamentárias aprovadas na LOA, até o estabelecimento do cronograma mensal de desembolso, ocorrido em 12 de fevereiro.

Assim, procurou-se realizar atividades já acordadas previamente, tal como a participação de representante da Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) na reunião do Comitê Especial sobre Operações de Paz da ONU, provendo assessoramento técnico à delegação da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

A 2ª fase foi determinada pelos Decretos Nº 8.670, de 12 de fevereiro, impondo limites de empenho de despesas até o mês de março, e Nº 8.676, de 19 de fevereiro, alterando tais limites e estabelecendo um cronograma mensal de desembolso para 2016, caracterizado em dois lotes, sendo que o 1º lote correspondia a 53% da dotação da Ação prevista na LOA 2016. Essa fase ocorreu até 30 de março, com a edição do Decreto Nº 8.700/2016.

Cabe ainda mencionar a publicação da Portaria Nº 67, de 1º de março, do MPOG, que estabeleceu limites para as despesas relativas à contratação de bens e serviços e à concessão de diárias e passagens, nos mesmos moldes de 2015.

Durante esse período, a CAE procurou custear as atividades consideradas prioritárias e constantes da revisão do seu Plano de Trabalho Anual (PTA), tendo sido realizadas reuniões do tipo Diálogo Político-Estratégico com o Canadá e a Suécia, com a participação de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países.

Adicionalmente, representantes da CAE participaram da V Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do IV Seminário Internacional Político-Diplomático, ambos em Moçambique, e da XXX Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da CPLP, em Portugal.

No contexto do intercâmbio na área de defesa, merece destaque a realização do I Diálogo Brasil-Alemanha de Operações de Paz e Perspectivas, em Brasília, onde puderam ser tratadas as experiências e perspectivas brasileira e alemã nesse assunto.

A 3ª fase inicia-se em 30 de março, com o Decreto Nº 8.700/2016 impondo um significativo contingenciamento que representou, para a Ação 2D55, uma redução de mais de 50% dos recursos do 1º Lote.

Desse modo, a CAE procurou adequar o seu PTA às limitações descritas acima, selecionando atividades críticas que seriam decorrentes de compromissos assumidos e cuja não realização poderia comprometer a imagem do Brasil junto a países de seu interesse e afetar parcerias estratégicas já consolidadas na área de defesa.

Nesse sentido, destaca-se a presença de representantes nas diversas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em especial a XVIII Reunião de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas e a XVII Reunião dos Ministros da Defesa.

No tocante à cooperação internacional, cumpre mencionar o acordo celebrado entre o MD e o MRE que instituiu um Programa de Cooperação Técnica em Defesa a países da América Latina e África. Assim, os recursos da Ação 2D55 estão provendo suporte, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação do MRE, à continuidade da capacitação de militares da Bolívia, Cabo Verde, Guiana, Moçambique, Paraguai, São Tomé e Príncipe, Senegal e Suriname em cursos ministrados pelas Forças Singulares.

A 4ª fase da execução foi iniciada pelo Decreto Nº 8.784, de 7 de junho, que estabeleceu limites de movimentação e empenho até os meses de outubro e dezembro. Em consequência, a Ação passou a contar com a seguinte reprogramação financeira em 2016: GND 3 – ODC R\$ 10.407.559,00 e GND 4 – INV R\$ 33.000,00, correspondendo a 72% da dotação prevista na LOA.

Esse novo contexto orçamentário levou a CAE a alterar o seu PTA, com o estabelecimento de novas prioridades, resultando em um impacto negativo sobre a meta física, que diz respeito às reuniões bilaterais, havendo uma reprogramação de 10 para 8 eventos.

Assim, as metas físicas executadas constaram de 7 reuniões bilaterais, com os seguintes países: Chile, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França e Suécia. Destaca-se que uma reunião foi cancelada, devido à indisponibilidade de datas por parte do outro país.

Com respeito à presença brasileira em fóruns internacionais, cumpre destacar a atuação da delegação do MD na XII Reunião da Conferência dos Ministros da Defesa das Américas, participando das discussões dos eixos temáticos da agenda do evento.

Ainda ao longo de 2016, procurou-se participar das atividades do Plano de Ação do Conselho de Defesa Sul-Americano e de suas diversas reuniões, ressaltando o protagonismo brasileiro nesse fórum.

Destaca-se também o custeio da manutenção de representações militares no exterior, em especial a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), em Washington – EUA, e os

Escritórios dos Conselheiros Militares da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York – EUA, e da Representação Permanente do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra – Suíça, bem como das Adidâncias de Defesa, tendo sido utilizados para tal os recursos liberados em novembro.

Finalmente, é importante ressaltar que a diferença entre a execução física e a execução orçamentária e financeira se deve principalmente ao escopo do produto da Ação 2D55 (evento realizado), que, por seu turno, se traduziu nas reuniões bilaterais com os Ministérios de Defesa dos países mencionados anteriormente. Igualmente, os valores da execução orçamentária e financeira dos Restos a Pagar não processados não se refletem na meta física / produto da Ação 2D55, tendo em vista que as Unidades Gestoras Executoras (UGE) dos Comandos das Forças Singulares são também destinatárias dos recursos da Ação 2D55.

Resultados alcançados

Em 2016, cumpre salientar também as seguintes atividades no âmbito da LOA e do PPA e os correspondentes resultados alcançados:

– 1º Diálogo Brasil – Alemanha sobre Operações de Paz e Perspectivas, realizado em Brasília, no Comando Militar do Planalto, tendo sido observado grande avanço na troca de experiências relacionadas à Segurança e Defesa Cibernética, além do intercâmbio de experiências;

– Curso de Estratégia e Políticas de Defesa do Centro de Estudos para a Defesa Hemisférica (CHDS), realizado em Washington – DC, Estados Unidos da América, que demonstrou a sua utilidade ao proporcionar ao pessoal participante a agregação de conhecimentos específicos de interesse da defesa e a interação, em um ambiente de debates, com profissionais de diversos países da América Latina, além de ter possibilitado o acesso franqueado à biblioteca virtual do CHDS, contribuindo, desse modo, no incremento da capacidade de resposta da CAE às demandas institucionais;

– IV Reunião de Diálogo Político-Militar (RDPM) Brasil – Canadá, que permitiu a condução de reflexões aprofundadas sobre todos os temas constantes da agenda, com destaque para o cenário político e estratégico hemisférico e global, a troca de experiências e lições aprendidas desde o último encontro e a apreciação de novos domínios em que a cooperação deve ser estabelecida ou intensificada, sobretudo, nas Operações de Manutenção da Paz;

– I Reunião de Diálogo Político-Militar (RDPM) Brasil – Suécia, onde a troca de conhecimentos e opiniões sobre a segurança regional no Báltico e na América do Sul foi de extrema importância, possibilitando a aproximação e vislumbrando uma maior cooperação entre os dois países na área de Defesa;

– I Reunião de Diálogo Político-Militar (RDPM) Brasil – Paraguai, onde no contexto do Sesquicentenário da Guerra da Tríplice Aliança foi assinado um memorando de entendimento entre os Ministérios da Defesa do Brasil e do Paraguai, relativo à cooperação para a preservação da memória da guerra;

– III Jornada de Estudos Estratégicos, em Brasília, tendo como tema “O Pensamento Estratégico de Defesa no Brasil”. Esse evento permitiu a discussão dos temas afetos à área de defesa, estimulou a integração dos diversos atores com responsabilidades nos assuntos de Defesa, contribuiu para elevar a conscientização da sociedade brasileira em prol da Defesa Nacional e colheu subsídios para uma melhor gestão estratégica do conhecimento de Defesa no Brasil;

– Seminário Político-Estratégico promovido pelo Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP), pelo Estado Maior da Armada, pela Escola de

Guerra Naval e pelo Centro de Estudos Políticos-Estratégicos da Marinha do Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro, tendo como tema “A Cooperação na Área de Defesa entre as Forças Armadas dos Países da CPLP”. Esse evento permitiu a discussão de temas afetos a diversas áreas, como o combate às ameaças transnacionais, a reação a crises ambientais e calamidades naturais, as cooperações entre as Marinhas, Forças Aéreas e Exércitos dos países membros. Além disso, o evento contribuiu para estreitar ainda mais os laços existentes entre os países da comunidade, projetando-a como uma organização de paz e de cooperação para a segurança;

– XV Conferência dos Estados-Partes da Convenção de Ottawa sobre a Proibição do Emprego, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Terrestres Antipessoais e sobre sua Destruição, realizada em Santiago, no Chile, tendo sido ratificado o compromisso brasileiro com aquela Convenção, além de ter expressado o apoio ao plano de desminagem colombiano por meio do envio de militares brasileiros;

– IX Reunião de Doutrina de Desminagem Humanitária, realizada em Washington – DC, Estados Unidos, na sede da Junta Interamericana de Defesa (JID). A reunião teve por objetivo discutir, apresentar e nivelar conhecimentos a respeito de Missões de Desminagem Humanitária, sob a égide da Organização dos Estados Americanos;

– Primeira Sessão do Comitê Preparatório para o estabelecimento do instrumento juridicamente vinculante à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar a respeito da Biodiversidade Marinha em águas além da jurisdição nacional, na sede da ONU, em Nova Iorque, EUA, sob a égide do Comitê Preparatório e estabelecido sob o mandato da Resolução 69/292 da Assembleia Geral, cuja participação possibilitou a contribuição no acompanhamento e apoio direto à delegação brasileira presente naquele fórum, o qual, em função da PND e da END, impõe maior atenção da Defesa;

– Vigésima Segunda Reunião da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), em Kingston, Jamaica, onde a participação do Ministério da Defesa na assessoria direta ao Chefe da delegação brasileira contribuiu como fator de segurança na interlocução nos diversos ambientes da ISBA, tendo em vista o contrato de exploração mineral em águas profundas na Região da Elevação do Rio Grande, recentemente assinado com aquela organização internacional;

– XII Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA), tendo a participação brasileira contribuído para a obtenção de consenso sobre a Agenda Temática proposta e os seus três eixos temáticos, a saber:

I – O Ambiente de Defesa e Segurança em Mudança: A Evolução do Papel das Forças Armadas;

II – Proteção Ambiental e Resiliência; e

III – Política de Cooperação de Defesa e Segurança Hemisférica: Um Caso para Auxílio de Emergência Humanitária Reforçado; e

– Visitas Técnicas à Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) e ao Escritório do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, realizadas em Washington e Nova Iorque, EUA, respectivamente, tendo alcançado os seus objetivos ao proporcionar à comitiva um maior entendimento dos processos de trabalho a elas relacionados, bem como ao recém-empossado Subchefe de Organismos Americanos uma visão detalhada dos principais assuntos em andamento para o desempenho de seu cargo.

No acompanhamento das Políticas Setoriais de Governo e suas implicações para a Defesa Nacional, destacam-se os seguintes resultados:

– Elaboração, no âmbito de Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo MRE, da minuta do Plano Nacional de Ação para a implementação da Agenda “Mulher, Paz e Segurança” pelo Governo brasileiro, em atenção a compromisso assumido pelo País perante a ONU em 2015;

– Assessoria (Parecer) ao Ministro da Defesa no atendimento à consulta da Presidência da República sobre o texto do Projeto de Lei da que seria sancionado como Lei nº 13.260/2016 (Lei do Terrorismo), propondo o veto de dispositivo julgado desfavorável à Defesa Nacional; e

– Assessoria (Parecer) sobre proposição legislativa que revoga dispositivos legais indispensáveis para a Defesa Nacional – Lei de Segurança Nacional e artigos do Código Penal e do Código Penal Militar;

Vale salientar ainda a participação nos seguintes eventos no País e no exterior em função dos resultados auferidos:

– Oficina intitulada “Consolidando a estratégia do Brasil sobre mulheres, paz e segurança: da agenda global ao contexto nacional”, promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, que permitiu a plena capacitação dos membros do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança;

– Programa Regional de Formação para a implementação da Resolução 1325/2000, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e resoluções conexas, organizado pela ONU, em Santiago, no Chile, que permitiu o aperfeiçoamento da capacitação dos responsáveis pela elaboração do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança;

– 18ª Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil – Colômbia, realizada em Brasília, que permitiu a avaliação do diálogo entre os dois países sobre assuntos indígenas, mineração ilegal e outros temas que afetam a Defesa; e

– Participação (como palestrante) no Curso de Extensão em Defesa Nacional, ministrado na Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza, sobre o tema “Questão Indígena, territórios e nações e sua relação com a Defesa Nacional”, contribuindo para conscientizar a sociedade brasileira acerca das questões relacionadas à Defesa.

Dentre as diversas reuniões bilaterais, destacamos as seguintes missões e respectivos resultados:

– China: V Reunião do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação, ocorrida na cidade de Pequim, no período de 15 a 17 de novembro, objetivando a manutenção do diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, com destaque para as propostas de exercícios conjuntos e intercâmbios na área de educação;

– Espanha: IV Reunião da Comissão Mista, entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro, na cidade de Madri, tendo sido destaque a proposta de Memorando de Entendimento na Área Espacial, a qual se encontra em análise pela parte brasileira;

– Estados Unidos da América: XXXIII Reunião de Consultas entre Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas de ambos os países, ocorrida no dia 14 de junho de 2016, nas instalações do Ministério da Defesa, em Brasília. A cooperação vem apresentando um processo de expansão significativo e existe a expectativa de assinatura de 2 novos acordos que facilitarão a troca de informações e a troca de experiências de cientistas entre os dois países;

– França: XI Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto, realizada na cidade de Brasília, entre os dias 4 e 5 de outubro, com aprofundamento do projeto de cooperação referente ao Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), manutenção dos entendimentos sobre compartilhamento de recursos satelitais e abertura de nova ficha relativa ao Desenvolvimento de novas técnicas de Processamento de Guerra Eletrônica; e

– Suécia: III Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral Conjunto, realizada no dia 15 de fevereiro de 2016, nas instalações do Ministério da Defesa, em Brasília. As ações de cooperação com aquele país vêm sofrendo um incremento anual, com destaque para a participação brasileira em diversas iniciativas relacionadas ao uso da simulação computacional para o incremento do adestramento operacional.

Na esfera do CDS, cumpre ressaltar as seguintes iniciativas, constantes do Plano de Ação 2016, sob a responsabilidade direta do Brasil:

– III Seminário de Catalogação e I Seminário sobre Políticas Industriais de Defesa dos Estados Membros do CDS, realizado em Brasília, de 27 a 30 de setembro, e que contou com a participação de todos os países do CDS. Destacou-se, no escopo da realização dos Seminários, o incentivo à cooperação e aumento da interoperabilidade nas operações logísticas no âmbito da América do Sul, além de incentivo à busca contínua por melhorias para se alcançar uma maior eficiência na codificação de materiais e aumentar a visibilidade da Base Industrial de Defesa dos países;

– Grupo de Trabalho constituído por especialistas com o propósito de apresentar o projeto, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aeronaves não tripuladas (VANT UNASUL). A definição do Projeto do Sistema VANT UNASUL com os Requisitos Operativos (ROP) e os Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLI) foi aprovada pelos Vice-Ministros na XII Reunião da Instância Executiva do CDS, ocorrida no dia 16 de dezembro de 2015, na cidade de Montevidéu. A decisão pela continuidade do projeto ficou acertada que seria expressa em data posterior pelos países. Foram encaminhadas aos países do CDS a proposta de trabalho do Sistema VANT UNASUL e as condições financeiras necessárias para o seguimento do projeto, para análise e manifestação dos Estados-Membros do CDS. Como não foi recebida qualquer manifestação sobre o compromisso relativo à participação no Projeto do Sistema VANT UNASUL, o Brasil considerou que, na conjuntura atual, e de acordo com o artigo 63 do Regulamento Geral da UNASUL, não haveria condições para a continuidade do projeto e, em consequência, a Atividade Extra do Plano de Ação 2016 – GT IV VANT UNASUL estaria oficialmente descontinuada, com o Brasil considerando cumpridos os compromissos assumidos em relação ao assunto. Este Grupo de Trabalho foi suspenso por decisão do Conselho de Ministros durante a VII Reunião de Ministros do CDS; e

– V Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-americano (IV CAD-SUL) para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios de Defesa, realizada na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, com a participação de nove Estados-Membros (menos Argentina, Peru e Suriname). O evento teve como objetivo principal desenvolver, nos estagiários, um pensamento sul-americano de defesa com base na cooperação e integração regional e conhecer as particularidades dos países vizinhos.

Com relação às visitas oficiais de comitivas estrangeiras ao Brasil, cumpre salientar as realizadas por 3 Ministros de Defesa e 3 Chefes de Estado-Maior Conjunto ou congêneres, a saber:

– Ministro da Defesa da Argentina, ocorrida nas cidades de Brasília, São Paulo e São José dos Campos, com o objetivo de estreitar os laços de amizade e cooperação bilateral no campo da Defesa entre os Governos da Argentina e do Brasil e a possibilidade de parcerias entre as indústrias aeronáuticas dos dois países;

– Ministro da Defesa da Bolívia, ocorrida na cidade de Brasília, com os objetivos de preparar um Acordo/Convênio Bilateral de Cooperação para Controle da Faixa de Fronteira e Combate aos Ilícitos Transnacionais (narcotráfico, ambientais e outros) entre as Forças Armadas dos dois países; de contratar uma empresa brasileira para realizar a modernização/revitalização de carros de combate bolivianos; e de verificar as possibilidades de aquisição de aviões militares na categoria do “Super Tucano” para o combate ao narcotráfico;

– Ministro da Defesa da Mauritânia, ocorrida nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Gavião Peixoto, com o objetivo de tratar de temas como: possibilidades de cooperação na área de Defesa (formação e capacitação), aquisição de produtos/material de defesa, instabilidade política no Mali, combate ao terrorismo e a elaboração de uma Declaração de Entendimento;

– Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Moçambique, ocorrida na cidade de Brasília, com o objetivo de estreitar os laços de amizade e cooperação bilateral no domínio da Defesa, tendo como referência os termos do Protocolo de Cooperação da CPLP.

– Chefe da Força de Defesa da Namíbia, ocorrida nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, São José dos Campos e Gavião Peixoto, com o objetivo de promover a interação e a cooperação entre os dois países e permitir que o Chefe da Força de Defesa pudesse visitar empresas da Base Industrial Nacional de Defesa de interesse daquele país e os alunos namibianos que se encontram matriculados em cursos de formação da Marinha do Brasil; e

– Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Senegal, ocorrida nas cidades de Brasília e Rio de Janeiro, com o objetivo de estreitar os laços de amizade e cooperação bilateral na área da Defesa entre os governos da República do Senegal e do Brasil, através de reuniões com os Comandantes das Forças e visitas às Organizações Militares.

151D – OBTENÇÃO DE SISTEMAS DE DEFESA ANTIAÉREA

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	151D					
Título:	Obtenção de Sistema de Defesa Antiaérea					
Iniciativa:	Obtenção de Armamentos e Sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País					
Objetivo:	1123 – Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não		Caso Positivo:() PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
962.038	769.631	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		Percentual de execução física	1	1	0	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	3.305.328	(-616)	Sistema implantado	Percentual de execução		

FONTE: SIOP

Análise Situacional:

Não ocorreu execução na Ação 151D no ano de 2016.

147F - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNÉTICA PARA A DEFESA NACIONAL

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:		147F				
Título:		Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo:		1119 – Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.				
Programa:		2058 – Defesa Nacional				
Unid Orçamentária:		52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta				
Ação Prioritária:		() Sim (x) Não		Caso Positivo:() PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
9.165.611	8.844.815	8.805.436	3.902.001	2.747.327	1.154.674	4.903.435
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		Percentual de execução física	1	1	1	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado		Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
5.614.342	5.443.216		(-15.845)	Sistema implantado	Percentual de execução	

Análise Situacional

Sob o ponto-de-vista da **execução física**, percebe-se que os valores contemplados (R\$8,84 milhões) situaram-se aquém daqueles que constavam da PLOA (R\$ 9,9 milhões) e aprovados na LOA (R\$ 9,1 milhões).

Diante de todo esse quadro, pode-se afirmar que os principais problemas encontrados, no ano considerado, residiram na questão orçamentária e financeira. Os cortes/contingenciamentos impostos pela administração pública federal dificultaram a consecução dos objetivos traçados para o exercício de 2016. Acrescente-se, também, que a necessidade de desenvolver produtos tornou o processo de aquisição mais lento.

Vale lembrar que o PO Nr 2 da Ação Orçamentária 147 F iniciou, em 2015, seu primeiro ano de execução e, desde então, sofreu significativos cortes, carecendo de série histórica orçamentária que sirva de referência.

Considerando o previsto para o Programa pelo PAED (R\$ 112,2 milhões em 2016), o valor efetivamente repassado corresponde a apenas 7,8% desse montante. Some-se a tal constatação o fato de que os valores previstos nas dotações orçamentárias iniciais já estão bem aquém de uma descentralização tomada com base no montante total do programa previsto no SIOP dividido pela

quantidade de anos visualizado para o Programa (370 milhões para vinte anos, aproximadamente, resultando, 18,5 milhões por ano, num cálculo empírico e simplificado).

Juntem-se a esse fator, as dificuldades administrativas normais associadas a tal grandeza de recursos, o ineditismo da ação, a necessidade de conquistar tecnologia autóctone e de ponta para o desenvolvimento de ferramentas para o enfrentamento das ameaças no domínio cibernético, que são reais, dinâmicas, mutantes e que já surtem efeito em indivíduos, grupos, organizações, estados, etc, como vem sendo largamente divulgado pela mídia.

Impactos orçamentários

a. Prejuízos para a capacitação de pessoal do Setor Cibernético da Defesa, na medida em que diversos cursos e estágios deixaram de ser realizados.

b. Atraso na obtenção de infraestrutura adequada para condução das atividades de capacitação (Escola Nacional de Defesa Cibernética - ENaDCiber).

c. Atraso na obtenção de infraestrutura para condução do planejamento e coordenação das atividades de Defesa Cibernética (Comando de Defesa Cibernética - ComDCiber).

d. Atraso tecnológico na obtenção de soluções de segurança e de ferramentas para compartilhamento de informações e prevenção de incidentes de rede e ataques cibernéticos. (Observatório de Defesa Cibernética - ODC e Sistema de Informações Seguras).

e. Atraso na implantação do Sistema de Homologação e Certificação de Produtos de Defesa Cibernética (SHCDCiber).

f. Prejuízo ao Desenvolvimento Conjunto de Defesa Cibernética, na medida em que não ocorreu a participação dos quadros do setor cibernético em importantes exercícios nacionais e internacionais, ocasiões em que poderia ser colocada em prática a doutrina desenvolvida e serem coletadas informações para o desenvolvimento de soluções conjuntas.

g. Prejuízo ao gerenciamento do programa, cancelando o acompanhamento de atividades em desenvolvimento e prospecção de tecnologias e oportunidades de parcerias.

h. Risco de perda de credibilidade na capacidade do ComDCiber em coordenar as ações relativas à Defesa Cibernética, por parte de outros órgãos e agências.

Sem o aporte dos recursos planejados, o nível de excelência conquistado até agora poderá não se sustentar, tamanha a velocidade tecnológica que vem sendo agregada ao setor cibernético.

A incipiente série histórica do PO Nr 2, da Ação 147 F, por sua vez, não favorece a visualização do orçamento e seu criterioso planejamento. Mais do que isso, penaliza o setor por, ainda, não refletir os verdadeiros objetivos do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional.

É necessário, portanto, que sejam captados recursos compatíveis para o PO e a Ação considerados, com a importância, prioridade e urgência que o assunto requer.

15KP - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO CONJUNTO DE MEDICINA OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	15KP					
Título:	Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1122 – Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não			Caso Positivo:() PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
3.330.000	3.213.450	3.203.067	362.454	115.091	247.364	2.840.613
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Organização militar construída		Percentual de execução física	16	16	12	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Organizaçã o militar	Percentual de execução		

Análise Situacional

A Dotação Inicial da LOA/2016 previa o montante de R\$ 3.330.000,00, mas devido o contingenciamento o reprogramado financeiro foi de R\$ 3.213.450,00. O corte corresponde ao valor de R\$ 116.550,00. O valor total projeto é de R\$ 21.758.600,00. Para o exercício financeiro de 2016 foram disponibilizados R\$ 3.213.450,00. O valor executado corresponde a 12%. da meta física realizada, considerando que todos os cursos para o desenvolvimento do projeto foram executados.

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística e Mobilização realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2016, atinente a AÇÃO 15KP – Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas.

1) Descentralização de crédito de um montante de R\$ 3.000.000,00 para a Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) para aquisição de equipamentos para o Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas;

2) Pagamento de diárias e passagens para participação de militares nos eventos abaixo relacionados:

a) Seminário de Medicina Operativa no Centro de Medicina Operativa da Marinha e apresentação das potencialidades do Navio NDM Bahia em Medicina Operativa;

b) 3º Fórum de Saúde Militar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

c) Reunião com os Diretores de Saúde das Forças Singulares (FS) para tratar do Projeto de Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas;

d) I WORKSHOP DE MEDICINA OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS a ser realizado no auditório do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão;

e) Reconhecimento para o Exercício de Medicina Operativa em Iranduba/Manaus;

f) Apoio do IMAE/FAB ao Exercício de Medicina Operativa em Iranduba/Manaus;

g) Reunião da IV COMISTA na Espanha; e

h) Reunião com o Diretor de Saúde da Marinha (DSM), o Diretor de Obras Civis da Marinha (DOCM) e o Comandante da Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ).

20T4 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA MILITAR DE CATALOGAÇÃO

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	20T4					
Título:	Manutenção do Sistema Militar de Catalogação					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1124 – Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não			Caso Positivo:() PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
989.366	989.366	982.526	735.968	735.968	0	246.558
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema mantido		unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Sistema mantido	unidade	-	

Análise Situacional:

Com o recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Chefia de Logística e Mobilização realizou as seguintes atividades na gestão do exercício de 2016, atinente a AÇÃO 20T4:

Realização do detalhamento de Macroprocessos do Sistema de Catalogação de Defesa (SISCADE) e da Conformidade do Credenciamento da Base Industrial de Defesa.

- Divulgação do conceito de Unidade de Catalogação (UniCat) e capacitação da Avibrás Industrial Aeroespacial S/A (AVIBRÁS) como UniCat.

- Contribuição na identificação dos pontos de interação entre o Sistema de Informações Gerenciais Logísticas do MD (SIGL-MD - APOLO) e o SISCADE.

- Desenvolvimento e implantação do Catálogo de Empresas de Interesse da Defesa (CEID) e do Guia de Produtos de Defesa.

- Realização do Seminário Permanente de Catalogação do CDS-UNASUL (CATSUL) e o do III Seminário Internacional de Catalogação – ambos em Brasília – DF.

- Incentivo ao emprego dos Fóruns web INFOCAT-SUL e INFOCAT.

- Participação em fóruns nacionais de entidades de classe (FIRJAN, ABIMAQ, ABIMDE e FIEMG) para divulgação do Sistema OTAN de Catalogação, do CEID e do Guia de Produtos de Defesa.

- Participação na 4ª Mostra da Base Industrial de Defesa do Brasil, realizada em Brasília, para divulgação do Sistema OTAN de Catalogação, do CEID e do Guia de Produtos de Defesa.

- Contratação para “Prestação de serviço de suporte e manutenção do software MC CATALOGUE (MCC), que atende ao Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR) para a atividade de catalogação brasileira”.

- Participação no 127º PANEL-A - AC/135 Panel A Meeting (Fórum de Reunião Técnica do Sistema OTAN de Catalogação) em Taranto/Itália e no 109º e 110º MAIN GROUP - AC/135 Main Group Meeting (Fórum dos Diretores Nacionais de Catalogação) em Luxemburgo/Bruxelas.

- Realização de visitas de assistência técnica à COA-EB, COA-FAB e COA-MB.

- Participação em visitas programadas pelo DEPROD, visando comprovar a veracidade das declarações emitidas pelas empresas candidatas ou já declaradas Empresas Estratégicas de Defesa (EED), no que tange as questões de Catalogação.

- Realização a 61ª e a 62ª CC-SISCADE - Reunião da Comissão de Coordenação do SISCADE.

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS						
Identificação da Ação						
Ação:	6557					
Título:	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1125 – Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Programa:	2058 – Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:	52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta					
Ação Prioritária:	() Sim (x) Não			Caso Positivo:() PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa	Restos a pagar inscritos 2016			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
8.163.809	6.531.048	4.436.989	2.388.833	2.200.942	187.891	2.048.156
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Militar habilitado			unidade	12000	12000	8066
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
2.446.584	2.237.933	(-138.414)	Militar habilitado	unidade	-	

Análise Situacional

Para o exercício financeiro de 2016, a previsão de dotação inicial foi de R\$ 8.163.809,00, tendo sido bloqueado o valor de R\$1.632.761,00. Na dotação atual de R\$ 6.531.048,00 foi contingenciado o valor de R\$ 1.883.878,00. Esses valores somados totalizam R\$ 3.516.638,00. Dessa forma, o valor autorizado para o planejamento das atividades anuais em 2016 foi de apenas R\$ 4.647.170,00. Houve um impacto significativo, porque a meta estabelecida para 2016 era de 12.000 formandos, no entanto foi qualificado apenas 8.066 jovens, reduzindo o número para formação cívico profissional de jovens que prestam o serviço militar. Deixaram de se formar 3.934 jovens. Cabe ressaltar, que a ideia do Projeto Soldado Cidadão, do Ministério da Defesa, é exatamente esta: dar formação profissionalizante para recrutas que prestam o Serviço Militar, a fim de facilitar o ingresso no mercado de trabalho depois que eles saírem das Forças. Mais que uma ferramenta de inclusão social, no entanto, o Projeto Soldado Cidadão é uma importante contribuição das Forças Armadas para a construção de um país mais próspero e desenvolvido, que incentiva a capacidade produtiva, a geração de oportunidades e o preparo dos jovens para o futuro.

2872 – MOBILIZAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

AÇÃO/SUBSTITUTO - OFSS							
Identificação da Ação							
Ação:		2872					
Título:		Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório					
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo					
Objetivo:		Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística					
Programa:		Defesa Nacional					
Unid Orçamentária:		52903 – Fundo do Serviço Militar					
Ação Prioritária:		() Sim (x) Não		Caso Positivo:()		() Brasil sem Miséria PAC	
Lei Orçamentária Anual - 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Reprogram	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
7.132.056	0	6.753.095	6.405.793	4.256.753	3.996.276	260.477	2.149.040
Execução Física da Ação - Metas							
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante			
				Previsto		Reprogramado	Realizado
Pessoa alistada			unidade	1.799.600		1.799.600	1.794.016
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Vr.01/01/2016	Valor Liquidado		Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida		Realizado
1.599.804	1.488.971		(-138.899)	Pessoa alistada	unidade		0,0

Fonte: SIOP

Análise Situacional:

No exercício de 2016, a dotação inicial do Fundo do Serviço Militar, representado no orçamento pela Ação 2872, foi de R\$ 7.132.056,00. No exercício houve um contingenciamento de R\$ 378.961,00. A dotação final foi de R\$ 6.753.095,00, sendo esse valor liberado em 3 cotas. Na execução da despesa, foram empenhados R\$ 6.405.793,00, liquidados R\$ 4.256.753,00 e pagos R\$ 3.996.276,00, em função da qual foram inscritos em Restos a Pagar Processados R\$ 260.477,00 e em Restos a Pagar Não Processados R\$ 2.149.040,00. Considerando a descentralização da 3ª cota realizada no início do mês de novembro e a fixação da data de 2 de dezembro como limite de movimentação de empenho (LME), houve um curto espaço de tempo para a execução da despesa, gerando a inscrição em restos a pagar que impactarão o financeiro do exercício de 2017. Não houve Restos a Pagar Não Processados referentes a exercícios anteriores. Com os recursos descentralizados às Forças, foi possível manter o sistema de SM em funcionamento, realizando o alistamento, a seleção, a distribuição, para a incorporação em 2017.

4.3 Informação consolidada sobre as ações relacionadas a emprego das forças armadas em Grandes Eventos:

4.3.1. REFERÊNCIAS

- Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.
- Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004 e pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.
- Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 (regulamenta a Lei nº 6.634), que dispõe sobre faixa de fronteira.
- Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 (fixa as Diretrizes para o Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e dá outras providências).
- Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010 (aprova a Estrutura Militar de Defesa).
- Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011 (institui o Plano Estratégico de Fronteiras).
- Decreto 8.758, de 10 de maio de 2016, que estabelece procedimentos a serem observados com relação a aeronaves suspeitas ou hostis durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- Decreto de 08 de agosto de 2016, que amplia e sistematiza as determinações presidenciais de emprego das Forças Armadas para GLO nos Jogos Rio 2016.
- Decreto de 31 de agosto de 2016, que autoriza o Emprego das Forças Armadas para GLO no Revezamento das Tochas Olímpica e Paralímpica dos Jogos Rio 2016.
- Portaria Normativa nº 2221/MD, de 20 de agosto de 2012 (aprova a Diretriz Ministerial que orienta a atuação do Ministério da Defesa nas atividades compreendidas nos Grandes Eventos determinados pela Presidência da República).
- Portaria Normativa nº 1.501/MD, de 10 de maio de 2013 (instituiu a Assessoria Especial para grandes eventos no MD e estabelece sua finalidade, composição e atribuições).
- Portaria Normativa nº 232/MD, de 30 de janeiro de 2015 (aprova a Diretriz Ministerial que estabelece as orientações para as ações gerais do MD e das FA em apoio às atividades dos Jogos Rio 2016).
- Portaria Normativa nº 1.679/MD, de 4 de agosto de 2015 (altera o Anexo da Portaria Normativa nº 232/MD, de 30 de janeiro de 2015).
- Aviso nº 51/GSI-PR, de 14 de julho de 2016, que ativa o Emprego das Forças Armadas em GLO, no período de 24/07/2016 a 19/09/2016, na cidade do Rio de Janeiro.
- Plano Estratégico de Segurança Integrada para Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (PESI).
- Protocolo de Cooperação entre a Casa Civil-PR, o MJC, o MD, o GSI-PR e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para o emprego das Forças Armadas na Cidade do Rio de Janeiro no período das Olimpíadas e Paralimpíadas.
- Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) para os Jogos Rio 2016.
- Ofício nº 10428/EMCFA/MD, de 25 de setembro de 2012 – Instruções Gerais para Planejamento das Ações do Ministério da Defesa na Participação dos Grandes Eventos, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).
- Ato 50.265 da ANATEL, de 1º de fevereiro de 2016, que autoriza as Forças Armadas a utilizar bloqueadores de sinais de radiocomunicações durante os Jogos Rio 2016, bem como em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.
- Instruções do CEMCFA, de 25 de julho de 2016, para uso do interferidor SCE-0100 durante os Jogos Rio 2016.

4.3.2. INTRODUÇÃO

a. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos são considerados o maior evento esportivo e cultural do planeta e a complexidade de sua organização exige envolvimento direto da iniciativa privada e, sobretudo, do poder público.

b. Em eventos dessa magnitude sobressai a importância de iniciativas para fazer frente a quaisquer ameaças à segurança e à incolumidade da população em geral, dos espectadores, das delegações, das comitivas e dos convidados para o evento.

c. Resultado de todos os sucessos obtidos e das expertises acumuladas e demonstradas, em outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional anunciou o Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos de 2016.

d. O Brasil, na última década, hospedou uma série de grandes eventos que o qualificaram para sediar os Jogos Rio 2016. Tudo começou com a realização bem sucedida dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007, depois vieram os Jogos Mundiais Militares Rio 2011, a Conferência Rio+20, a Copa das Confederações FIFA 2013, a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), também em 2013, e a Copa do Mundo FIFA 2014.

e. O Governo Brasileiro assumiu, ao firmar o Dossiê de Candidatura para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, a responsabilidade de coordenar o envolvimento das agências federais, estaduais e municipais a fim de proporcionar um ambiente seguro e pacífico durante o período dos Jogos.

f. Na busca da integração das ações, o Ministério da Defesa criou, em maio de 2013, a Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE), vinculada ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, para coordenar as atividades de Defesa Nacional; no Ministério da Justiça, foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), para fazer frente às atividades de segurança pública; e o Gabinete de Segurança Institucional se fez representar pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), para as atividades de inteligência.

g. O Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI), em seu Anexo - Caderno de Atividades e Atribuições -, estabeleceu os princípios, o conceito de segurança dos Jogos, a missão, a situação, os objetivos estratégicos, as estratégias, as metas, as ações, e esclareceu sobre o emprego de recursos financeiros, os eixos de ação e a governança, tudo com a finalidade de orientar a confecção dos respectivos planos táticos e operacionais de cada instituição.

h. Destacam-se, dentre os princípios, a complementaridade, a cooperação, a integração, a interoperabilidade e a liderança situacional.

4.3.3 PLANEJAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NOS JOGOS RIO 2016

a. Situação

1) No Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armada - PEECFA, foram listadas algumas premissas que influenciaram diretamente os planejamentos estratégicos, operacionais e táticos, e dentre elas, vale ressaltar: o interesse e a atenção da mídia global; o grande fluxo de pessoas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro; o número de instalações olímpicas no Rio, com simultaneidade de ocorrência de eventos; a necessidade de adaptação/criação de estruturas para atender às peculiaridades do evento, considerado o aproveitamento dos sistemas e “expertises” legados pelos grandes eventos já realizados no País.

2) As avaliações da inteligência, calcadas nas experiências anteriores e nos eventos internacionais similares, identificaram riscos que poderiam causar impacto no evento, com destaque para ações terroristas ou de sabotagem de qualquer natureza, além de manifestações sociais, atividades do crime organizado, comprometimento da mobilidade urbana e dos serviços essenciais, ataques cibernéticos, entre outros, não descartada a ocorrência de desastres naturais.

3) A possibilidade de ocorrência desses eventos não era refletida nos índices de probabilidade, mas os cenários estudados levaram o MD e as FS a realizarem os planejamentos e os adestramentos para o caso de ocorrência das piores hipóteses, o que no final, acabou por não ocorrer.

b. Atividades de Defesa Nacional

1) **Ações Aeroespaciais:** compreenderam o emprego das Forças Armadas nas ações de defesa aeroespacial, vigilância e controle do espaço aéreo;

2) **Ações Marítimas e Fluviais:** compreenderam o emprego das Forças Armadas na defesa marítima e fluvial; nas ações para prover a segurança da navegação aquaviária e a salvaguarda da vida humana no mar, e as ações de fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos no mar e águas interiores.

3) **Segurança e Defesa Cibernética:** compreendeu as ações de segurança e defesa cibernéticas que contribuíram para a proteção dos ativos de informação, bem como dos sistemas de tecnologia de informação e comunicações (TIC), que sustentavam as estruturas organizadas para coordenar as ações de segurança e defesa cibernética, contra ameaças advindas dos ambientes interno e externo ao País;

4) **Ações de Transporte Aéreo Logístico:** compreenderam o emprego dos meios aéreos das Forças Armadas nas atividades de apoio logístico para deslocar pessoal e material de interesse das operações militares ou das ações governamentais;

5) **Fiscalização de Explosivos:** compreendeu o emprego do Exército Brasileiro, por meio das redes regionais de fiscalização de produtos controlados, nas atividades de fiscalização de explosivos e produtos correlatos, em todo o território nacional;

6) **Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN):** compreendeu as atividades de prevenção, defesa, contramedidas e gerenciamento de consequências relacionadas às ameaças química, biológica, radiológica e nuclear, com planejamento para contribuir com o apoio de saúde e proteção à população, bens, estruturas estratégicas e outros recursos;

7) **Proteção de Estruturas Estratégicas:** compreendeu o emprego das Forças Armadas nas ações de monitorar, vigiar ou proteger estruturas estratégicas, garantindo a capacidade de proporcionar o funcionamento ininterrupto dos serviços prestados;

8) **Emprego de Forças de Contingência:** compreendeu a utilização das Forças Armadas frente a contingências em casos de insuficiência, inexistência e indisponibilidade dos meios de segurança pública ou de seus próprios efetivos, conforme amparo legal;

9) Enfrentamento ao Terrorismo: compreendeu o conjunto de ações de defesa que visavam prevenir e combater ações terroristas e assemelhadas. No campo da prevenção, foram desenvolvidas atividades de inteligência de defesa e antiterrorismo com a finalidade de prevenir e/ou de dissuadir eventuais atos terroristas. No campo do combate, além da inteligência de defesa, estavam previstas atividades ofensivas de caráter repressivo, que visavam dissuadir, impedir e responder a esse tipo de ameaça;

10) Ações Aeroportuárias: compreenderam o emprego das Forças Armadas nas tarefas de receptivo de autoridades nas bases aéreas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília;

11) Segurança Viária, Controle de Tráfego, Policiamento Ostensivo, Preservação da Ordem Pública e ordenamento urbano, inicialmente na região de Deodoro, mas que, por solicitação do Governador do Rio de Janeiro, foi estendida a outras áreas; e

12) Defesa civil e segurança de dignitários e VIPs, em coordenação com a segurança pública, que se restringiu a emprego de batedores.

c. **Objetivos Estratégicos**

- 1) Contribuir para garantia da segurança dos Jogos nas Áreas de Atuação da Defesa, a fim de promover um ambiente pacífico e seguro;
- 2) Fortalecer a cultura de integração e cooperação interagências;
- 3) Contribuir para a prevenção, o enfrentamento e a mitigação dos possíveis Vetores de Ameaças antes, durante e após a realização dos jogos; e
- 4) Estabelecer uma estrutura de comando e controle integrada com os comandos operacionais e outros centros de comando e controle, conforme a governança a ser definida.

d. **Estrutura de Emprego Militar**

- 1) A estrutura para emprego do MD, nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, foi a seguinte:
 - a) Comando Geral de Defesa de Área RIO DE JANEIRO – RJ (CGDA-RIO).
 - b) Comando de Defesa de Área SÃO PAULO – SP (CDA-SP).
 - c) Comando de Defesa de Área BELO HORIZONTE – MG (CDA-BH).
 - d) Comando de Defesa de Área BRASÍLIA – DF (CDA-BSB).
 - e) Comando de Defesa de Área SALVADOR – BA (CDA-SLV).
 - f) Comando de Defesa de Área de MANAUS – AM (CDA MNA)
 - g) Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT).
 - h) Coordenação de Ações Aeroespaciais e Aeroportuárias (CA³).
 - i) Centro de Coordenação de Segurança e Defesa Cibernética (CCSDCIBER).
 - j) Centro de Coordenação de Fiscalização de Explosivos (CCFE).
 - k) Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM).

- 2) Para o CGDA, no Rio de Janeiro, em função da amplitude das missões para os JOP2016 e da peculiaridade daquela cidade olímpica, estabeleceu-se, em sua estrutura militar, Comandos de Defesa Setoriais subordinados, correspondentes aos setores olímpicos da Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã, com a finalidade de facilitar a integração das ações previstas no planejamento de segurança interagências.
- 3) A estrutura de emprego militar foi efetivamente ativada após a autorização presidencial para emprego das Forças Armadas, em operações de Garantia da Lei e da Ordem, que ocorreu em abril de 2016.
- 4) Para as fases de planejamento e preparo, foram ativados, com base em Diretriz do Ministro da Defesa, o CGDA e os CDA, os Comandos das Ações Centralizadas



(CCPCT, CA3, CCSDCIBER, CCFE, e CCLM), com os respectivos estados-maiores.

5) Áreas de Responsabilidade

- a) Comando Geral da Área de Operações do RIO DE JANEIRO – RJ (CGDA-RIO): Região metropolitana do Rio de Janeiro.
- b) Comando de Defesa de Área (outros Estados): Regiões metropolitanas das cidades-sede do futebol olímpico.
- c) CCPCT: Áreas de interesse relacionadas ao Evento.
- d) CA³: Espaço Aéreo Brasileiro, Aeroportos e Bases Aéreas de interesse.
- e) CCSDCIBER: Espaço Cibernético.
- f) CCFE: Território Nacional.
- g) CCLM: Território Nacional.

6) Atribuições dos Comandos/Centros de Coordenação

a. CGDA-RIO

Planejar, coordenar e executar operações militares conjuntas em sua área de responsabilidade, a fim de contribuir para a obtenção dos objetivos políticos e estratégicos

estabelecidos e atuar como Coordenador Geral da Defesa nas atividades interagências na cidade do Rio de Janeiro.

b. CDA das cidades do futebol

Planejar, coordenar e executar operações militares conjuntas em sua área de responsabilidade, a fim de contribuir para a obtenção dos objetivos políticos e estratégicos estabelecidos e atuar como Coordenador da Defesa nas atividades interagências regionais.

c. CCPCT

Planejar e coordenar as Atividades de Defesa relativas ao Enfrentamento ao Terrorismo, incluindo DQBRN, a serem desencadeadas nas áreas de interesse relacionadas ao Evento, a fim de contribuir com o estabelecimento e a manutenção da segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 e atuar como Coordenador de Prevenção e Combate ao Terrorismo da Defesa em atividades interagências.

d. CA³

1) Coordenar as Ações de Defesa Aeroespacial tocantes à Força Aérea a serem executadas pelo COMGAR, nos espaços aéreos e nas áreas aeroportuárias de interesse, a fim de manter o controle do espaço aéreo adequado à realização dos Jogos, bem como garantir a recepção adequada e segura da Família Olímpica/Paralímpica e dignitários (chegadas e partidas) nas bases aéreas determinadas.

2) Coordenar as ações a serem executadas pelo DECEA, no espaço aéreo de interesse, a fim de exercer adequado e seguro gerenciamento sobre o fluxo e sobre o controle de tráfego aéreo.

e. CCSDCiber

Coordenar e integrar, em um ambiente de operações conjuntas as ações de segurança e defesa contra ações cibernéticas hostis, colaborar com a produção do conhecimento oriundo da pesquisa e análise da fonte cibernética para apoio às ações de coordenação e segurança relacionadas ao Evento e atuar como Coordenador de Segurança e Defesa Cibernética (CCSDCIBER) da Defesa nas atividades interagências.

f. CCFE

Planejar e coordenar as ações de controle de explosivos e produtos correlatos, em todo o território nacional, a fim de contribuir com o estabelecimento e a manutenção da segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e atuar como Coordenador de Fiscalização de Explosivos em atividades interagências (CFE).

g. CCLM

Coordenar a concentração estratégica e a reversão de meios, bem como o apoio às necessidades logísticas que ultrapassem a capacidade das Forças Singulares.

e. **Recursos Financeiros e Materiais**

O grande número de atividades e tarefas de Defesa Nacional, específicas do MD, e previstas no Caderno de Atividades e Atribuições, exigiu que fossem elaborados 65 projetos, distribuídos entre o EMCFA e as FS (20 na MB, 31 no EB, 10 na FAB e 4 no EMCFA) e estes projetos foram a base para o levantamento inicial das necessidades em recursos financeiros para aquisição de equipamentos e/ou sistemas e a capacitação do pessoal a ser

empregado.

O valor total inicialmente planejado para atender aos projetos do evento foi de cerca R\$ 714 milhões a serem provisionados: R\$ 275 milhões em 2014, R\$ 333 milhões em 2015 e R\$ 106 milhões em 2016. Esses montantes sofreram contingenciamento em 2015, mas, em 2016, além da reposição dos cortes ocorridos, houve incremento de custeio para permitir o desenrolar das operações. O total final de recursos destinados ao MD alcançou o valor de R\$ 854 milhões.

Em 2014 e 2015, os recursos para investimentos (GND4) foram superiores aos destinados ao custeio (GND3), para possibilitar maior prazo para a aquisição de material (algumas vezes no exterior), ao passo que, em 2016, o custeio foi responsável por mais de 80% do total de valores destacados para as FS, pela maior quantidade de gastos com as operações propriamente ditas no último ano.

RECURSOS PARA OS JOGOS RIO 2016 (VALORES EM R\$ MILHÕES)				
ANO	GND3	GND4	TOTAL	EXECUÇÃO
2014	64,2	210,9	275,1	100 %
2015	85,1	98,7	183,8	
2016	329,0	66,5	395,5	
SOMA	478,3	376,1	854,4	

f. Governança

1) A governança das atividades de segurança foi baseada em um triunvirato: as atividades de segurança pública e defesa civil foram coordenadas pelo Ministério da Justiça e, quando necessário, contaram com a cooperação das Forças Armadas; as atividades de Defesa Nacional foram coordenadas pelo Ministério da Defesa, que contou com a cooperação das instituições de segurança pública federal, estadual e municipal; a ABIN coordenou o SISBIN, integrando e subsidiando, por intermédio da atividade de inteligência, os eixos de segurança pública e Defesa Nacional.

2) Cada eixo desenvolveu atividades próprias de coordenação, comunicação, comando e controle para articular e integrar os diversos entes envolvidos com a operação de segurança dos Jogos.

3) Foram criados, por intermédio de acordos de cooperação: um Comitê Executivo de Segurança Integrada (CESI), de âmbito nacional, composto pelos representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Justiça e Cidadania, do Ministério da Defesa, do Gabinete de Segurança Institucional e, mediante convite, por representante dos Estados e Municípios que sediaram os Jogos Rio 2016; e, no nível regional, Comitês Executivos de Segurança Integrada Regionais (CESIR), fóruns de discussão e integração nas cidades do futebol.

4.3.4. PREPARO

Atividades realizadas antes do início dos Jogos Rio 2016:

a. Solicitação/expedição dos documentos necessários ao adequado amparo legal para a atuação das FA em GLO, incluindo as peculiaridades das Atividades de Enfrentamento ao Terrorismo.

Exemplos de alguns documentos expedidos para os Jogos:

- Lei que disciplina o terrorismo (Lei nº 13.260)
- MP com isenção de taxas e regulamentação alfandegária
- Decreto para emprego das FA em operações de GLO
- Decreto para o tiro de abate
- Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI)
- Plano Estratégico de Emprego Conjunto das FA (PEECFA)
- Planos operacionais e táticos dos Comandos Conjuntos
- Acordo de Cooperação Técnica (ACT) dos Comitês Executivos de Segurança Integrada Nacional, no Rio e nas cidades do Futebol
- ACT do Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo (CIET)
- Regulamentação para voo de “*drones*”
- Autorização da ANATEL para o uso de bloqueadores de sinal de rádio (BSR) contra “*drones*”
- Normas para o receptivo nas Bases Aéreas (RJ, SP, Bsb)
- Nota Técnica de Atendimento às Ameaças, Incidentes ou Ataques de natureza Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (MD, MS e MCTI)
- Protocolos antiterror, entre outros.

b. Busca da integração das ações com outros Órgãos e Agências por meio de Protocolos Operacionais Conjuntos/ Interagências, exercícios, seminários e *workshops*.

c. Ativação da Estrutura de Emprego Militar, para fins de planejamento e adestramento.

d. Coordenação do planejamento de operações de Inteligência e de Apoio à Informação.

e. Apoio e coordenação no planejamento e na concentração dos meios militares adjudicados aos Comandos Operacionais.

f. Monitoramento dos Cenários de Riscos/Ameaças nas áreas de interesse.

g. Intensificação de ações de Defesa na faixa de fronteira.

h. Participação em Eventos-Teste.

i. Realização de encontros/seminários/*workshop* para discussão e nivelamento de conhecimento dos integrantes dos Comandos sobre as atividades de segurança nos Jogos.

j. Levantamento das necessidades em equipamento, em recursos e em capacitação de pessoal para atender aos projetos que visavam às atividades e atribuições do respectivo caderno, anexo ao PESI.

k. Capacitação do pessoal.

l. Aquisição de equipamentos/sistemas para atender aos objetivos dos projetos, considerado o legado existente dos grandes eventos anteriores.

m. Reuniões do Grupo de Trabalho para Segurança, do GEOLimpíadas, das Forças-Tarefa (FT) Aeroportos, Grupo de Trabalho Especial para a Operação Tocha, CESIR e CESI; entre outros fóruns.

n. Reuniões com agências reguladoras.

o. Reuniões ministeriais.

p. Reuniões com STM, MPF e AGU.

q. Visitas aos PC, COp, Alojamentos etc.

- r. Videoconferências diárias do CHOC com todos os Comandos.
- s. Briefing diários do CGDA com o Ministro e o CEMCFA.
- t. Visitas do TCU.
- u. Participação em intercâmbios de natureza técnica com profissionais de outros países (ex. Intercâmbio com o Comando Sul dos EUA sobre identificação e técnicas de posicionamento de drones no terreno).
- v. coordenação e realização de testes operacionais de equipamentos (ex. testes com o interferidor SCE-0100)

4.3.5 EMPREGO

a. Revezamento da Tocha Olímpica e da Tocha Paralímpica

Durante a operação de revezamento das Tochas Olímpica e Paralímpica dos Jogos Rio 2016, coube ao MD e às FS, consideradas as avaliações de risco produzidas pela ABIN, atualização de planejamentos e, se fosse o caso, execução das atividades previstas para o eixo de Defesa Nacional para essa fase dos Jogos: Enfrentamento ao Terrorismo e emprego de Forças em casos de Contingência.

Nos dois revezamentos não aconteceram eventos que deflagrassem operações a cargo das Forças, restringindo-se a atividades afetas aos órgãos de segurança pública federais e dos Estados e Municípios por onde passou o comboio.

A Operação de revezamento da Tocha Olímpica começou em Brasília no dia 3 de Maio e se encerrou no Rio de Janeiro, em cinco de agosto, dia da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, percorrendo todas as UF, mais de 300 municípios e pernoitando em mais de oitenta cidades (cidades de celebração).

O revezamento da Tocha Paralímpica foi mais simples e ocorreu de 1 a 6 de setembro, começando em Brasília e percorrendo mais quatro cidades antes de chegar ao Rio de Janeiro.

Em função da precariedade de meios de transporte para atender a situações especiais dos percursos, em algumas das cidades as FS colaboraram com meios marítimos, fluviais, terrestres e aéreos para o deslocamento da Tocha e de sua guarda, que era constituída por militares da Força Nacional de Segurança Pública.

b. Concentração

O CEMCFA determinou a abertura dos PC para 15 JUL, data em que foram estabelecidas as ligações com os Comandos Conjuntos, já desdobrados em suas áreas de responsabilidade.

c. Jogos Olímpicos

Os Jogos Olímpicos ocorreram de 5 a 21 AGO, mas por compromisso do Brasil no Dossiê de Candidatura, as operações começaram em 24 JUL, data de abertura da Vila Olímpica no Rio e de chegada das delegações nas cidades que hospedaram partidas de futebol (Manaus, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo).

Nas cidades do futebol os jogos transcorreram sem alterações e os CDA empregaram suas tropas em todas as atividades previstas no PESI e no PEECFA, exceto no que se referiu ao

Enfrentamento ao Terrorismo e em face de contingências, por não terem ocorrido incidentes que exigissem atuação nessas áreas.

Já na cidade do Rio, com a evolução do cenário da segurança, por solicitação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, e autorizado pelo PR, coube ao CGDA a ampliação de suas atividades previstas no PESI para os Jogos, passando a realizar também o policiamento ostensivo em outras áreas além da região da Vila Militar de Deodoro.

Observando os princípios de cooperação e de complementaridade e foco no esforço olímpico, o CGDA assumiu o patrulhamento de outras vias (Transolímpica, Linha Amarela, parte da Linha Vermelha e da Avenida Brasil, e vias das Zonas Sul e Oeste), do Aeroporto Internacional do Galeão e adjacências e de sete estações ferroviárias. Tal ampliação da missão exigiu, além dos 18 mil militares anteriormente planejados, uma concentração de mais cinco mil, que vieram de diversas regiões do País, totalizando no Rio mais de 23 mil militares.

Computados todos os efetivos das Forças, no Rio e nas cidades do futebol, o efetivo total atuando nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 alcançou o número de mais de 44 mil militares.

d. Jogos Paralímpicos

As modalidades de futebol paralímpico foram sediadas no Rio de Janeiro, assim os CDA (das cidades do futebol) não participaram das atividades nesse segundo evento e seus PC foram encerrados após as competições e a saída das delegações estrangeiras de suas cidades. Já os Comandos Centralizados, antes atuando também nas outras cidades, foram empregados com todas suas capacidades em proveito das operações do CGDA no Rio de Janeiro.

ESTATÍSTICAS DO EIXO DEFESA NOS JOGOS RIO2016	NÚMERO
Efetivo das FA empregado durante os Jogos Rio 2016	43.481
Patrulhas (a pé, Mtz, Bld, Mar e Hipo)	12.309
Eventos de segurança cibernética	1.145
Estruturas Estratégicas protegidas	139
Navios + embarcações empregados	26 + 81 = 107
Viaturas + blindados empregados	3.083 + 109 = 3.192
Aeronaves + helicópteros empregadas	80 + 51 = 131
Embarcações abordadas para inspeção	3.227
Decolagens para interceptação ou para Alerta em voo	35
Escortas de dignitários	632

ESTATÍSTICAS DO EIXO DEFESA NOS JOGOS RIO2016	NÚMERO
Ocorrências com material suspeito abandonado	89
Reconhecimentos QBRN (“varreduras”) + Monitoramentos	162 + 388
Contêineres contratados para instalação de bases	375
Dinamite apreendida – fiscalização em nível nacional	46 Ton
Armas de atletas desembaraçadas nos aeroportos	2.728

e. Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)

O Art 142 da CF 88 estabelece que: *As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*

Todas as atividades previstas no PESI para o eixo Defesa Nacional exigiram o encaminhamento, em conjunto com o MJ e o GSI, de Exposição de Motivos solicitando a autorização do PR para emprego das Forças em GLO, conforme previsto também na LC 97/99 e no Decreto 3.897.

Ao lado, uma representação sumária do processo exigido para as Op GLO.

Em face da evolução do cenário de segurança, antes da abertura dos Jogos Olímpicos, o Governador do Rio de Janeiro expediu ofício ao Presidente da República, solicitando apoio para emprego das Forças no reforço ao policiamento ostensivo na cidade (como já comentado no item anterior) durante o evento.

4.3.6 CONTROLE E AVALIAÇÃO

a. Legado

Um resumo do sucesso dos Jogos é o resultado da soma do desempenho da tropa nas operações com o legado (tangível e intangível) deixado para as Forças, para o MD e para o Brasil.

Resumidamente pode-se relacionar o legado em alguns tópicos:

- incremento das operações interagências;
- aquisição de novos equipamentos e sistemas;
- maior integração da inteligência conjunta e interagências;
- crescimento da interoperabilidade entre as Forças;
- introdução de novas capacidades;
- aprimoramento do comando e controle;
- introdução de inovações técnicas, operacionais e administrativas; e
- AUMENTO DA AUTOESTIMA DO BRASILEIRO.

Este legado ficou ratificado pela enquete realizada pelo jornal “O Globo”, de 18 de agosto de 17, cujo resultado demonstra a sensação de segurança das pessoas no Rio de Janeiro durante os Jogos: 90% avaliaram a segurança como Boa, Muito Boa e Excelente.

4.3.7 CONCLUSÃO

Resultado dos planejamentos detalhados e da execução pormenorizada, os Jogos Rio 2016 foram realizados em um ambiente de segurança e de paz, reconhecido pelo público e pelos órgãos, nacionais e estrangeiros, participantes.

No Ministério da Defesa, todos os projetos de segurança foram levados a cabo e realizaram as entregas previstas, apesar das dificuldades com o fluxo orçamentário.

O legado dos grandes eventos anteriores, seja em termos de equipamentos ou de expertises, possibilitou a racionalização do uso dos recursos.

A integração e a coordenação das ações entre os eixos de Defesa Nacional, de Segurança Pública e de Inteligência, impediu a existência de lacunas ou duplicidade de atividades e, ainda, possibilitou a redução de custos.

A interoperabilidade entre as Forças foi diariamente observada e praticada durante o evento, trazendo ganhos doutrinários e experiências profissionais importantes.

Os sistemas de inteligência e de comando e controle possibilitaram a tomada de decisão oportuna e efetiva para o emprego da tropa.

Os comandos conjuntos exercitaram o planejamento operacional e tático, integrando as contribuições de cada uma de suas seções de Estado-Maior.

As operações interagências tiveram oportunidade de demonstrar, mais uma vez, sua importância e a obrigatoriedade em serem introduzidas nos planejamentos.

As Leis, Decretos e Normas disponibilizaram amparo jurídico para a tropa em suas operações na Garantia da Lei e da Ordem.

Em resumo, o êxito na segurança dos Jogos Rio 2016 deveu-se à capacidade de planejamento e ao profissionalismo na execução operacional das Forças Armadas Brasileiras.

Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária – IARA

Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas - IBR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Cooperação internacional (Ação 2D55).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IBR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução das Reuniões Bilaterais
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE e Subchefes.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IBR = (\text{Reuniões Bilaterais realizadas} / \text{Reuniões Bilaterais previstas}) * 100.$
Avaliação	95% a 100% – excelente 80% a 94,99% – muito bom 70% a 79,99% – bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% – insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.

- Resultados da Avaliação no Exercício JAN – JUN:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	IBR (%)
2D55	10	4	40,0

- Resultados da Avaliação no Exercício JAN – DEZ:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	IBR (%)
2D55	8	7	87,5

Análise Crítica da Execução da Meta Física

O Decreto Nº 8.784, de 7 de junho, estabeleceu limites de movimentação e empenho até os meses de outubro e dezembro. Em consequência, a Ação passou a contar com a seguinte reprogramação financeira até outubro: GND 3 – ODC R\$ 7.058.106,00 e GND 4 – INV R\$ 3.000,00.

Esse novo contexto orçamentário, em conjunto com o IBR calculado para JAN – JUN, levou a CAE a revisar o seu Plano de Trabalho Anual, com o estabelecimento de novas prioridades e a realização de reuniões bilaterais no Brasil, visando a redução de seus custos, resultando em uma

reprogramação da meta da execução física, no que diz respeito à realização de tais eventos, para 8 unidades. Ainda assim, somente foi possível atingir parcialmente a meta revisada, tendo em vista que uma reunião foi cancelada, devido à indisponibilidade de datas por parte do outro país.

Índice de Operação Conjunta- IOC

Tabela 03: Indicador de Desempenho – IOC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 20X7 - PO 0001).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Operação Conjunta.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IOC.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução do emprego conjunto das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operador de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IOC = (\text{Operações Conjuntas realizadas} / \text{Operações Conjuntas previstas}) * 100.$
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3.3).
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3).

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Cj Previstas	Op Cj Realizadas	IOC (%)
20X7 - PO 0001	3	3	100

- Análise crítica

Operações conjuntas previstas e realizadas no exercício: **Operação Amazônia 2016, Exercício FELINO 2016 e Exercício PANAMAX 2016.**

Índice de Intensificação da Presença na Fronteira – IPF

Tabela 04: Indicador de Desempenho – IPF

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 20X7 - PO 0002).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Faixa de Fronteira
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IPF
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a presença das Forças Armadas na vigilância, controle e defesa das fronteiras terrestres, aérea e fluviais brasileiras, conforme preconizado na Plano Estratégico de Fronteira.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IPF = (Op \text{ Faixas de Fronteira realizadas} / Op \text{ Faixas de Fronteira previstas}) * 100.$
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3.3)
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3)

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Faixas Front Previstas	Op Faixas Front Realizadas	IPF (%)
20X7 - PO 0002	1	1	100

- **Análise crítica**

Operação nas Faixas de Fronteira previstas e realizadas no período: **Operação Ágata 11**

Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – IASISMC²

Indicador de Desempenho – IASISMC²

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISMC ² (Ação 20X5 – PO 0005)
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC ² .
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISMC ²
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de implementação e ampliação do SISMC ² .
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISMC ² = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - modernização de meios e sistemas dos Centros de Comando e Controle; integração dos Centros de Comando e Controle; suporte instrucional, doutrinário e operacional de Comando e Controle às Operações Conjuntas, Força de Paz e às Atividades Subsidiárias; e capacitação de recursos humanos.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho, Contratos de Objetivos, Pedidos de Cooperação e número de execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.2
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Operação integrada dos Centros de Comando e Controle Permanentes (MD-MB, MD-EB e MD-FAB)	4	4	100
2. Apoio de Comando e Controle às Operações de Adestramento Conjuntos	1	1	100
3. Suporte de Comando e Controle às Operações de Força de Paz (Haiti e Líbano).	2	2	100
4. Operações Interagências (Ágata)	1	1	100

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
5. Adestramento de C ² visando operações militares para pessoal do MD e Forças Singulares.	4	4	100
6. Disseminação da Doutrina Militar de C ² .	4	4	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			600
Número de atividades previstas			6
IASISMC ² (%)		100 %	

Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – IASISCOMIS

Indicador de Desempenho – IASISCOMIS

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMIS (Ação 20X5, PO 0001 e 0003).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMIS
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de manutenção e ampliação do SISCOMIS.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMIS = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais, terrestres e de manutenção da rede do SISCOMIS; aquisição de terminais transportáveis visando à ampliação da rede de banda X do SISCOMIS; aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos; capacitação de recursos humanos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.3
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais.	6	6	100
2. Fiscalização dos contratos de manutenção dos equipamentos.	1	1	100
3. Aquisição de sobressalentes para Terminais Satelitais	1	1	100
4. Outorga do SGDC	1	1	100

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			400
Número de atividades previstas			4
IASISCOMIS (%)		100%	

Índice de Atividades do Sistema Comunicações Militares Seguras – IASISCMILSEG

Indicador de Desempenho – IASISCMILSEG

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMILSEG (Ação 20X5 PO 0004).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Sistema Comunicações Militares Seguras.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMILSEG
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações do SISCOMILSEG.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHOC, VCHOC e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMILSEG = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - conclusão da Arquitetura; aprovação da arquitetura; capacitação de pessoal; modernização e manutenção dos laboratórios; contratação de recursos humanos; confecção de projetos básicos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.2
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Planejamento e Gestão – SC1.1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Desenvolvimento do projeto Data-Link Externo	1	1	100
2. Capacitação de recursos humanos.	2	2	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			200
Número de atividades previstas			2
IASISCOMILSEG (%)		100%	

Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa – IAAPOLO

Tabela 10: Indicador de Desempenho – IAAPOLO

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Ação 20X3 – PO 0005).
Identificador de: Eficácia.	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas e Mobilização de Defesa.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAAPOLO.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Acompanhar programas e projetos logísticos, visando à integração dos requisitos operacionais das Forças Armadas e demais órgãos governamentais, em coordenação com a Secretaria de Produto de Defesa.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e a SUBCLM.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAAPOLO = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.
Avaliação	90% a 100% - Excelente. 80% a 89,99% - Muito Bom. 70% a 79,99% - Bom. 50% a 69,99% - Regular. < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SUBCLM.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO) – CHELOG.

- Resultados da Avaliação no Exercício: PO 0005

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1 - Visita Técnica ao Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV)	6	6	100%
2 - Capacitação de usuários do MODEMOB	6	6	100%
3 - Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema APOLO)	11	11	100%
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			300%
Número de atividades previstas			3
- IAAPOLO (%)		100%	

Análise:

Foi atingido o percentual de 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

Índice de Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório – IMSMO

Identificação do Processo:	Mobilização para a Defesa Nacional. (AÇÃO 20X3)
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IMSMO.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Número de pessoas alistadas.
Destino: (quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e SUBMOB.
Periodicidade: (Intervalo de tempo de aplicação)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidade de medida correlacionadas)	IMSMO = número de pessoas alistadas dividido pela meta X 100
Avaliação	90% a 100% - Excelente; 80% a 89,99% - Muito Bom; 70% a 79,99% - Bom; 50% a 69,99% - Regular; e < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas)	Pessoas alistados inseridas no Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB).
Fonte: (Local / pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Serviço Militar (SESMIL).
Periodicidade de Coleta de Dados	Semestral.

Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão – IAPSC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Projeto Soldado Cidadão (Ação 6557)

Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAPSC
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado Cidadão.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Operadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Semestral.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAPSC = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades de Acompanhamento e Coordenação.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% Muito Bom 70% a 79,99% Bom 50% a 69,99% Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção do Serviço Militar
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Semestral.
Área responsável pelo cálculo / medição	Assessoria da Seção do Serviço Militar

Resultados da Avaliação no Exercício Ação 6557

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1-Provisão de recursos para o Comitê Gestor	1	1	100
2-Destaque de recursos para a Marinha do Brasil	1	1	100
3-Destaque de recursos para o Exército Brasileiro	1	1	100
4-Destaque de recursos para a Força Aérea Brasileira	1	1	100
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			400
Número de atividades previstas			4
IAPSC (%)			100%

Análise:

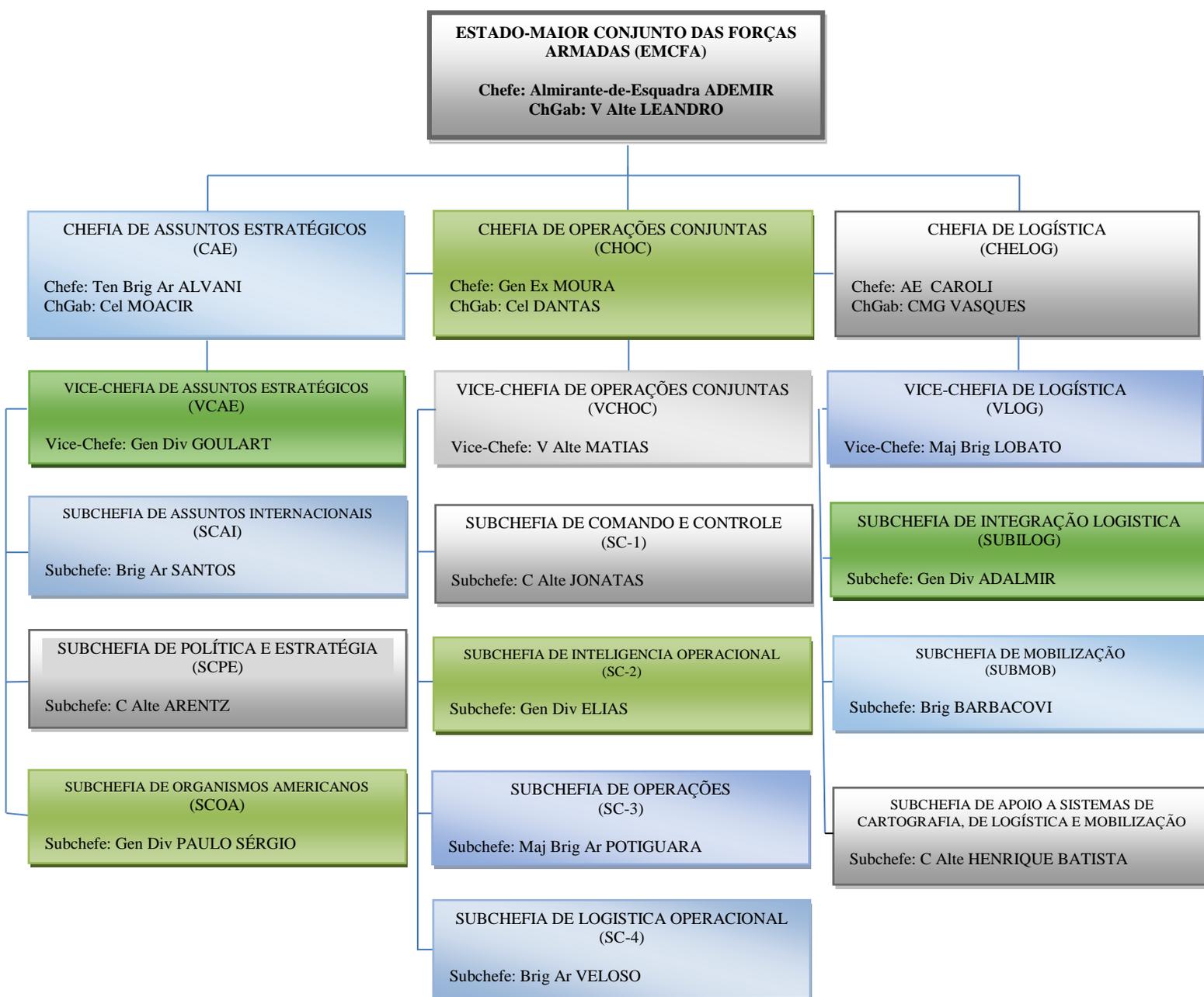
Foi atingido 100% do objetivo previsto, refletindo o adequado planejamento e acompanhamento da execução.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do EMCFA é baseada no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa, conforme descrito abaixo:

Organograma Funcional do EMCFA



O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) foi criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de promover e coordenar a interoperabilidade entre as Forças Singulares e assessorar o Ministro da Defesa. O EMCFA participa diretamente do planejamento e da coordenação das ações de emprego conjunto das Forças Armadas.

Cabe ao EMCFA planejar o emprego conjunto e integrado de efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, otimizando o uso dos meios militares e logísticos na defesa do país e em operações de paz, humanitárias e de resgate; segurança das fronteiras; e ações de Defesa Civil.

O cargo de chefe do EMCFA é privativo de um oficial-general do último posto, da ativa ou da reserva, indicado pelo Ministro da Defesa e nomeado pela Presidência da República.

Seu grau hierárquico é o mesmo dos comandantes militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A estrutura de governança do EMCFA é composta de três Chefias ocupadas por Oficiais-Generais do último posto, sendo um de cada Força Armada, indicados pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Cada chefia possui uma Vice-Chefia e Subchefias ocupadas por oficiais-generais de três e duas estrelas sob o esquema de rodízio entre as Forças.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas possui a seguinte estrutura organizacional:

1. Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

1.1 Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

2. Chefia de Operações Conjuntas:

2.1. Subchefia de Comando e Controle;

2.2. Subchefia de Inteligência Operacional;

2.3. Subchefia de Operações; e

2.4. Subchefia de Logística Operacional;

3. Chefia de Assuntos Estratégicos:

3.1. Subchefia de Política e Estratégia;

3.2. Subchefia de Inteligência Estratégica; e

3.3. Subchefia de Assuntos Internacionais; e

4. Chefia de Logística:

4.1. Subchefia de Integração Logística;

4.2. Subchefia de Mobilização; e

4.3. Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização.

Sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas funciona também o Comitê dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Singulares, criado por intermédio da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. O colegiado reúne-se bimestralmente e tem por finalidade assessorar o Ministro da Defesa na coordenação e planejamento de ações conjuntas e incrementar a interoperabilidade entre as Forças.

Missão do EMCFA

Assessorar o ministro da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares

Visão de Futuro do EMCFA

Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como o órgão do Ministério da Defesa que coordena as operações militares conjuntas e a atuação dos meios empregados pelas Forças Singulares nas ações de defesa civil, atuando em consonância com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

5.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

O Decreto Nº 8.978, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017, em seu Art 35 prescreve:

“Art. 35. Ao Departamento de Administração Interna compete:

I - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros e ao transporte;

·
·

IV - desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e observadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares; e

V - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, e exercer, por delegação do Secretário de Organização Institucional, as atribuições de ordenador de despesas.”

A avaliação do cumprimento dos objetivos institucionais e das metas previstas no PPA 2016-2019 foram realizados da seguinte forma:

- Por meio de procedimentos formalizados em documentos, tais como Diretrizes, Ordens Internas, Manuais e controle das diversas atividades realizadas;
- Todas as tarefas realizadas são de conhecimento dos responsáveis, o que facilita a identificação e avaliação, visando à tomada de decisões;
- Os procedimentos de controle estão institucionalizados por meio de Diretrizes, que são divulgados a todos os envolvidos nos processos;
- A informação e a comunicação são realizadas mediante documentos administrativos, meios eletrônicos, quadros de avisos e reuniões;
- Semanalmente, a Assessoria de Planejamento Orçamento e Gestão, realiza uma reunião com os Operadores de todas as Ações de responsabilidade do EMCFA com o intuito de consolidar as informações orçamentárias obtidas, são gerados Relatórios Gerenciais – o que permite uma Análise Qualitativa e Quantitativa das Ações gerenciadas;

- Além disso, as referidas informações foram acompanhadas, por meio dos seguintes Sistemas:

- a) SIAFI – Gerencial, por meio da obtenção de diversos relatórios, visando realizar o acompanhamento tempestivo da execução orçamentária das Ações;
- b) Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) – a fim de registrar e acompanhar o monitoramento temático, conforme as seguintes atividades periódicas: apuração dos Indicadores, análise situacional dos Objetivos de cada Programa, averiguação do alcance das Metas declaradas no Plano e análise situacional dos Empreendimentos Individualizados como iniciativas;
- c) Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);
- d) Relatórios Gerenciais – análise qualitativa e quantitativa da execução orçamentária;
- e) Planilhas de Controle Orçamentários; e
- f) Por meio da análise dos Indicadores de Desempenho.

No decorrer do ano de 2016, não foram identificados ilícitos administrativos no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

5.3 Gestão de riscos e controles internos

No tocante a Gestão de Riscos, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas utiliza as boas práticas do PMBOK – Project Management Body of Knowledge desde de 2015 – principalmente nos projetos tidos como prioritários e geridos por esta UJ.

No contexto desses projetos, foram identificados os riscos, analisados quantitativamente e qualitativamente observando suas probabilidades e seus impactos e implementadas respostas a esses riscos, de acordo com a ação de mitigar, anular, aceitar ou transferi-los.

O monitoramento desses riscos é feito durante as Reuniões de Acompanhamento de projetos.

Além disso, o EMCFA participou, de 13 de junho de 2016 a 17 de junho de 2016, do 1º Curso de Gestão de Risco oferecido pela Secretaria de Controle Interno do MD - Ciset. Nesse evento, foram capacitados quatro integrantes da estrutura desta UJ.

Em janeiro de 2017, o EMCFA estabeleceu um grupo de trabalho cujo objetivo é realizar a análise das normas ISO 31000, ISO 31010 e ISO Guia 73 com o intuito de estruturar uma Governança de Riscos nos principais processos institucionais do EMCFA. O GT encontra-se em plena atividade.

Quanto ao Controle Interno, a Secretaria de Controle Interno do MD (Ciset-MD) realizou uma Auditoria no período de 10/5 a 8/6/2016, em consonância com as normas e técnicas adotadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as diretrizes estabelecidas no art. 7º da Decisão Normativa nº 147, de 11/11/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os trabalhos foram procedidos por amostragem, mediante a aplicação de testes nos mecanismos de controles internos mantidos pela unidade, nas análises nos documentos de suporte aos atos praticados por seus dirigentes, assim como na avaliação das informações coletadas por esta Secretaria, que afetam a gestão do EMCFA no exercício em referência.

O resultado da avaliação de todos os componentes do sistema de controle interno do EMCFA, instituídos com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício fossem atingidos, está demonstrada na tabela a seguir:

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS AVALIADOS	AValiação	
	Pontuação	Interpretação
Sistema de Controle Interno		
Ambiente de Controle	73%	Aprimorado
Avaliação de Riscos	58%	Intermediário
Atividades de Controle	80%	Aprimorado
Informação e Comunicação	100%	Avançado
Atividades Monitoramento	75%	Aprimorado

Fonte: Papel de Trabalho do auditor (Planilha “QACI - Avaliação de Controles Internos”)

TABELA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS		
Pontuação média	Interpretação	Descrição
0% a 20%	Inicial	Baixo nível de formalização; documentação sobre controles internos não disponível; ausência de comunicação sobre controles internos.
20,1% a 40%	Básico	Controles internos tratados informalmente; ainda não há treinamento e comunicação sobre controles internos.
40,1% a 70%	Intermediário	Há princípios e padrões documentados, e treinamento básico sobre controles internos.
70,1% a 90%	Aprimorado	Controles Internos obedecem aos princípios estabelecidos; São supervisionados e regularmente aprimorados.
90,1% a 100%	Avançado	Controles Internos otimizados; princípios e processos de controles internos estão integrados aos processos de gestão da organização.

Fonte: Acórdãos - TCU Plenário 2467/2013, 568/2014 e 476/2015

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Conforme o Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, compete à Secretaria de Organização Institucional elaborar diretrizes gerais para a aplicação das normas relativas à organização e gestão de pessoal, contudo, o Gabinete do EMCFA exerce um controle do pessoal militar servindo exclusivamente neste Estado-Maior Conjunto.

O Anexo II – Cargos em comissão e funções de confiança do EMCFA, demonstra a estrutura de pessoal correspondente ao ano de 2016.

O EMCFA possui, basicamente, Oficiais Superiores da ativa, designados pelas respectivas Forças ocupando os cargos de Gerente, Assessor Militar e Coordenador (Grupo002 B); Capitães e Tenentes ocupando cargos de Assistente Técnico Militar (Grupo 0005E); Suboficiais/ Subtenentes e Sargentos, ocupando cargo de Supervisor (nível V) e Cabos e Soldados, ocupando cargo de Especialista (nível II).

Os demais cargos são ocupados por militares da reserva e servidores civis. Os militares Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) não ocupam cargos neste Ministério.

O efetivo é adequado às necessidades, a gestão da demanda de pessoal a ser solicitada às Forças é coordenada pelo EMCFA e a SEORI, o EMCFA se ocupa com o planejamento e a SEORI com a execução administrativa dos trâmites de pessoal entre o Ministério da Defesa e as Forças Singulares.

Força de Trabalho - atualmente o EMCFA conta com 468 colaboradores sendo:

392 Militares das Três Forças

63 Servidores Civis (DAS e Estatutários)

6 Terceirizados

23 Prestadores de Tarefa por Tempo Certo

12 Estagiários

Dados de Dez/2016 – Fonte SATA/EMCFA

A atividade-fim da unidade é desempenhada por integrantes das três Forças Singulares, cuja distribuição dar-se de forma equânime, isto é, de maneira proporcional entre as Forças, dentre oficiais-generais e superiores o percentual é de um terço do efetivo.

Para os demais postos e graduações, é realizada uma proporção relativa, conforme o efetivo. Assim, cada Chefia do EMCFA recebe seu efetivo de maneira igualitária, dentro do processo de substituição, que é informado caso a caso, quando da saída de um integrante.

Quanto aos servidores civis, são indicados para ocupar cargo de natureza comissionada, a partir da análise curricular e demonstrada capacidade técnico-profissional.

No que concerne ao pessoal militar, estes são regidos pelo Estatuto dos Militares, cuja formação é nível superior para os oficiais e nível médio para os graduados.

Periodicamente, são realizados cursos de extensão e/ou de especialização, visando capacitar a força de trabalho. Entre os civis, seguem-se os critérios estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja, cada servidor é alocado conforme sua formação e escolaridade.

6.2 Política de capacitação e treinamento do pessoal

À guisa de capacitar os servidores, quer seja civil quer seja militar, o Ministério da Defesa promove cursos de capacitação com a motivação de treinar os servidores periodicamente. Para tanto, são estabelecidas parcerias com os diversos centros de formação técnico-profissional e inscreve seus integrantes, conforme a demanda dos setores obedecendo a aptidão funcional e a necessidade do serviço.

6.3 Despesas associadas à manutenção do pessoal

O EMCFA não dispense recursos financeiros para custear vencimentos do pessoal, visto que esta atribuição é de competência da Secretaria de Organização Institucional.

6.4 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.

Como medida para coibir essa prática, o EMCFA ao indicar um servidor para ocupar um cargo, faz uma análise situacional sobre esses aspectos, por meio de interrogatório pessoal, primando por não alocar pessoas pertencentes à mesma família.

O mesmo critério se aplica quando da indicação de empregado para empresa terceirizada, isto é, zela por não empregar pessoas que tenham ou possam ter qualquer parentesco com servidores civis ou militares ocupantes de cargos no Ministério da Defesa.

6.5 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

Não obstante, o EMCFA vem adotando políticas que mantêm servidores numa função por maior espaço de tempo. Prima-se por alocar em um cargo/função pessoas dotadas de capacidade técnica-profissional, mormente aquelas que se identificam com a atividade desenvolvida.

Assim, valoriza-se os servidores por meio de promoção e/ou pelo oferecimento de condecorações, valendo-se do critério da antiguidade e capacidade de trabalho.

Quanto à avaliação dos militares das Forças Armadas, cada Força possui seu regulamento específico, cuja avaliação é de fundamental importância para o prosseguimento na carreira. Assim, a Marinha do Brasil realiza o Teste de Aptidão Física anualmente; o Exército trimestral e a Aeronáutica bimestral. O Teste de Aptidão ao Tiro é realizado apenas no Exército e na Aeronáutica. Além dessas avaliações, há uma avaliação conceitual relativo ao desempenho profissional, que é realizada periodicamente e sempre que possível é consultado para se estabelecer critérios de promoção ou seleção para missões relevantes.

Os servidores civis efetivos são submetidos a uma avaliação anual dirigida pelo órgão cedente.

Quanto aos servidores civis investidos em cargos comissionados, não há avaliação, em razão de sua natureza.

6.6 Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.

Anexo III – A qualificação de pessoal, segundo à idade, sessenta e nove têm até 30 anos; quarenta e três de 31 a 40; cento e setenta e nove de 41 a 50; noventa e seis de 51 a 60; dezessete acima de 60 anos.

Anexo IV – Quanto à escolaridade, nove têm apenas o ensino fundamental; cento e vinte e nove têm o ensino médio; duzentos e sessenta e três têm o ensino superior; e setenta e oito têm pós-graduação.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas como Unidade diretamente subordinada ao Ministro da Defesa, disponibiliza em seu Sítio Links que podem ser utilizados para fins de demandas, reclamações, denúncias e ou sugestões.

<http://www.defesa.gov.br>

Ouvidoria do Ministério da Defesa

Tweetar Imprimir

Criada nos termos do art. 5º do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 e suas competências aprovadas pelo Regimento Interno da Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014, a Ouvidoria está vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro da Defesa.

Conceito Ouvidoria:

É o canal de comunicação direto entre o cidadão e o Ministério da Defesa, por meio do qual é possível registrar elogios, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

De que forma a Ouvidoria atua:

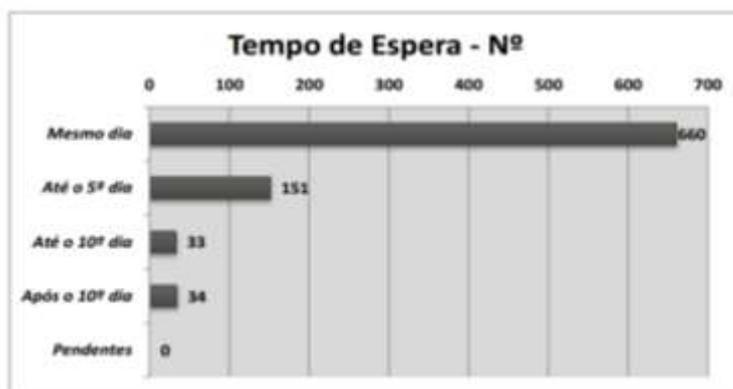
- 1 – Recebe as manifestações do cidadão;
- 2 – Solicita, quando for o caso, subsídios das áreas competentes deste Ministério ou dos órgãos vinculados;
- 3 – Encaminha, no âmbito de suas competências, a resposta ao cidadão;
- 4 – Sugere internamente a adoção de medidas visando aperfeiçoamento na prestação do serviço.

Registro de Dados Gerenciais e Estatísticos das solicitações em 2016

1º SEMESTRE – 878 manifestações



Tempo de resposta para as manifestações



2º SEMESTRE – 901 manifestações



Tempo de resposta para as manifestações



É possível, também, acessar informações a respeito de algumas atividades de Ação Cívica Social

The screenshot shows the website www.defesa.gov.br/programas-sociais. The main content area is titled "Programas sociais" and features a photo of a group of people, including children and adults, engaged in a social activity. Below the photo, there is a text block starting with "Apoiada em estruturas sociais fortes e desenvolvidas, a atuação das Forças Armadas prevê também responsabilidades de cunho social quando suas tropas estão em ação no país. Um exemplo nesse sentido são as".

The sidebar menu on the left includes the following items:

- Marinha do Brasil
- Exército Brasileiro
- Força Aérea Brasileira
- ATUAÇÃO
- Estado e Defesa
- Forças Armadas e EMCTA
- Exercícios e Operações
- Ensino e Pesquisa
- Esporte
- Mobilização Nacional
- Programas Sociais

A red arrow points to the "Exercícios e Operações" item in the sidebar menu.

No sítio é possível o cidadão acessar todas as informações de caráter institucional

Missão Assessorar o ministro da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares.	Visão Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como o órgão do Ministério da Defesa que coordena as operações militares e a atuação dos meios empregados pelas Forças Singulares nas ações de defesa civil, atuando em consonância com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
---	---

7.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade podem ser acessadas no Sítio da Unidade.

Quanto às demandas da Lei de Acesso à Informação(LAI) no ano de 2016, foram realizados 76 pedidos de informação, demandados de acordo com a tabela abaixo:

E M C F A - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - ANO DE 2016		
SETOR	QUANTIDADE DE PEDIDOS	QUANTIDADE DE RECURSOS DE 1ª INSTÂNCIA
CHOC	28	08
CAE	19	04
CHELOG	08	00
Gab EMCFA	21	00
TOTAL	76	12

No sítio da Unidade é possível consultar dados orçamentários, licitações em andamento, contratos vigentes e outras informações que contribuem para a transparência da gestão do Ministério ao qual o Estado-Maior Conjunto está inserido.

Transparência

Confira normas e regras que asseguram a correta aplicação dos recursos públicos e que garantem a transparência da gestão pública.



Licitações e Contratos

Licitações
Contratos Vigentes



Orçamento e Finanças

Veja aqui o plano de execução
orçamentária do Ministério da Defesa.



Situação das Contas Anuais

Confira o acompanhamento do
julgamento de contas de unidades da
Defesa feitos pelo TCU.



PPA - Caderno Setorial

Confira o Relatório de Avaliação
Plurianual - exercício 2012.



Próprios Nacionais Residenciais (PNR)

Confira os imóveis administrados pelo
MD e a lista de permissionários.



Parcerias Público-Privadas

Confira o relatório de parcerias público-
privadas de interesse do MD.

É possível também que a sociedade tenha acesso à Carta de Serviços ao Cidadão no link:

http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa_carta_ao_cidadao.pdf

Ministério da Defesa Carta de Serviços ao Cidadão

O atendimento pode ser feito através dos seguintes canais:

Formulário Eletrônico: <http://www.defesa.gov.br/contato#formulario>

 ouvidoria@defesa.gov.br

 (61) 2023-9400

Pessoalmente ou por carta, através do endereço:

Ministério da Defesa
Esplanada dos Ministérios, bloco "Q", portaria "B", 1º andar, Sala 155 - CEP. 70.049-900.

8. Desempenho financeiro e informações contábeis

O presente tópico não se aplica ao EMCFA, uma vez que não somos Unidade Executora

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Mediante o Ofício 0886/2016-TCU/SecexDefesa, de 31/10/2016 este Estado-Maior foi informado da Tomada de Contas 024.055/2014-0, que tratou a respeito das contas do exercício de 2013 da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, na qual estavam agregadas as contas dos dos órgãos componentes do MD.

Foi recomendado no item 1.8.3. do Acórdão N° 8465/2015 TCU que o EMCFA e outras Unidades componentes do MD aprimorassem seus Planejamentos Estratégicos para que contenham objetivos delineados no tocante à metas, indicadores e ações que lhe permitam alcançar a visão de futuro estabelecida.

Para o atendimento da recomendação, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para apresentar as propostas de:

- a) um Planejamento Estratégico (PE) do EMCFA;
- b) aperfeiçoamento dos indicadores de desempenho de gestão da Unidade;
- c) aprimoramento dos controles internos da Unidade; e
- d) implantação de análise de riscos nas atividades atinentes à Organização.

Fruto deste GT foram aperfeiçoados os indicadores de desempenho de gestão da Unidade, principalmente no tocante à periodicidade (intervalo de tempo em que os dados são apurados).

É intenção, também, de estabelecer a implantação de novos indicadores de gestão de acordo com o surgimento de novas demandas.

O aprimoramento dos controles internos foram aperfeiçoados mediante a elaboração prévia da pauta das reuniões semanais realizadas pela Assessoria de Planejamento Orçamento e Gestão, que passaram a discutir assuntos de Controle Interno realizado no âmbito das vice-chefias.

No tocante a Gestão de Riscos, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas utiliza as boas práticas do PMBOK – Project Management Body of Knowledge desde 2015 – principalmente nos projetos tidos como prioritários e geridos por esta UJ.

No contexto desses projetos, foram identificados os riscos, analisados quantitativamente e qualitativamente observando suas probabilidades e seus impactos e implementadas respostas a esses riscos, de acordo com a ação de mitigar, anular, aceitar ou transferi-los.

O monitoramento desses riscos é feito durante as Reuniões de Acompanhamento de projetos.

Com relação ao Planejamento Estratégico, foram identificadas as parcelas atinentes às atividades do EMCFA no PE da Administração Central do MD.

A ASPLAN está coordenando a elaboração do PED, fase determinante para a elaboração dos Planos Subsetoriais das Unidades que foram demandados pelo TCU.

Portanto, a elaboração do Planejamento Estratégico do EMCFA está condicionada à Portaria Normativa Nº 24/MD, de 08 de janeiro de 2015, que aprovou a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa.

ANEXO II

A força de trabalho no EMCFA é distribuída de acordo com o Quadro de Lotação, previsto no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, assim disposto:

UNIDADE	Qtd	CARGO	REFERÊNCIA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	1	Chefe	NE
Coordenação	1	Assessor Especial Militar	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Assessor Especial	102.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
GABINETE	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Subchefe	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor	102.4
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	6	Supervisor	Nível V
	6	Especialista	Nível II
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Assessoria de Doutrina e Legislação	1	Chefe	101.4
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	6	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Especialista	Nível II
Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	1	Chefe	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
SOMA	66		

UNIDADE	Qtd	CARGO	REFERÊNCIA
CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor	102.4
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
Coordenação	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	5	Supervisor	Nível V
	13	Especialista	Nível II
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE COMANDO E CONTROLE	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	5	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	13	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	14	Supervisor	Nível V
	8	Especialista	Nível II
	2	Supervisor	GR-IV
SUBCHEFIA DE INTELIGÊNCIA OPERACIONAL	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	9	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	11	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	9	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	9	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	8	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	7	Supervisor	GR-IV

SUBCHEFIA DE LOGÍSTICA OPERACIONAL	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	13	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	6	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
SOMA	191		

UNIDADE	Qtd	CARGO	REFERÊNCIA
CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor	102.4
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
	4	Supervisor	Nível V
	8	Especialista	Nível II
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	6	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assistente Técnico	102.1
	4	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	2	Especialista/Secretário	GR-II
SUBCHEFIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	15	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	7	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II

	1	Especialista/Secretário	GR-II
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	10	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
SOMA	127		

UNIDADE	Qtd	CARGO	REFERÊNCIA
CHEFIA DE LOGÍSTICA	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Supervisor	Nível V
	9	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	8	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	4	Assistente	102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
SUBCHEFIA DE MOBILIZAÇÃO	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação	6	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	6	Assistente	102.2

	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
SUBCHEFIA DE APOIO A SISTEMAS DE CARTOGRAFIA, DE LOGÍSTICA E DE MOBILIZAÇÃO	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
SOMA	107		
TOTAL	491		

Fonte: Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013

Anexo III

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária					TOTAL
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	
Militares da Marinha	10	20	63	14	1	108
Militares do Exército	41	8	62	42	8	161
Militares da Aeronáutica	18	15	47	23	3	106
Servidores civis	0	0	7	17	5	29
TOTAL	69	43	179	96	17	404

Fonte: Departamento de Administração Interna (DEADI)

Anexo IV

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Escolaridade				TOTAL
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-graduação	
Militares da Marinha	3	36	68	25	132
Militares do Exército	2	55	102	49	208
Militares da Aeronáutica	2	23	81	4	110
Servidores civis	2	15	12	0	29
TOTAL	9	129	263	78	479

Fonte: Departamento de Administração Interna (DEADI)